

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**QUILOMBO SANTA RITA DO BRACÚ: ENTRE LUTA, TROCAS E
SABERES**

LUCIANA DAS NEVES ROSA COSTA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ: ENTRE LUTA, TROCAS E
SABERES**

LUCIANA DAS NEVES ROSA COSTA

Sob a Orientação do Professor
Amauri Mendes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Abril de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837q Costa, Luciana das Neves Rosa , 1986-
Quilombo Santa Rita do Bracuí: entre luta, trocas e
saberes / Luciana das Neves Rosa Costa. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2021.
93 f.: il.

Orientador: Amauri Mendes Pereira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2021.

1. Quilombo. 2. Saberes. 3. Território. 4.
Identidade. 5. Conflito. I. Pereira, Amauri Mendes ,
1951-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1161 / 2021 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.077937/2021-39

Seropédica-RJ, 29 de outubro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

LUCIANA DAS NEVES ROSA COSTA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08/04/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Amauri Mendes Pereira. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

Joselina da Silva. Dra. UFRRJ (Examinadora Interna).

Mariléa de Almeida. Dra. UGB/ERP (Examinadora Externa à Instituição).

Matilde Ribeiro. Dra. UNILAB (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 01/11/2021 18:08)
AMAURI MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 2231782

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 11:05)
JOSELINA DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DestECHSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: 1525135

(Assinado digitalmente em 03/11/2021 13:15)
MARILÉA ALMEIDA

(Assinado digitalmente em 03/11/2021 15:14)
MATILDE RIBEIRO

14/12/2021 11:07

https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jspx?idDoc=876247

ASSINANTE EXTERNO
CPF: 032.926.867-84

ASSINANTE EXTERNO
CPF: 023.257.548-71

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> Informando seu número: **1161**, ano:
2021, tipo: **TERMO**, data de emissão: **29/10/2021** e o código de verificação: **59fc74536e**

DEDICATÓRIA

*Para meu eterno Tio Bilwil, que se levantou e
levantou a muitos. Não apenas um tio, mas sim
um segundo Pai.*

Wilson Marinho Luís, descanse em paz!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aos Deuses e às Deusas que me conduziram, iluminaram e me trouxeram até aqui. A minha mãe Léia das Neves Rosa da Costa, que sempre deu asas aos meus sonhos, e meu pai Daniel José Vieira da Costa que deu pés às minhas realizações. Sem eles não teria conseguido dar um passo nessa vida. Sempre acreditaram em mim e, até mesmo quando não viam possibilidades, não me deixavam perceber e me incentivavam a prosseguir. Nunca puderam me dar o que a sociedade capitalista considera o que é o “melhor”, mas sempre me propiciaram o suficiente para realizar o que precisava ser feito. Com eles aprendi o que era viver, cuidar, sonhar, lutar, mesmo quando a vontade era de sentar e chorar.

A minha ancestral Germânia das Neves, minha bisavó materna que não conheci, ainda sim uso o seu sobrenome, como forma de rememorar a sua existência. Partiu desse plano jovem, teve sua história silenciada pelas dores da vida. A única referência que me chegou através da minha avó, sua filha, que dizia: “Mamãe era cabocla sertaneja, bonita igual a ‘Gabriela de Cravo e Canela’”. Aos meus avós maternos, Jurema das Neves Rosa e Luís da Gonzaga Rosa, tios, tias, primos e primas, que me ensinaram sobre força, resistência e resiliência.

Aos meus primos Dione e Ângelo que nunca permitiram que eu me sentisse filha única nessa jornada da vida, como filhos únicos que éramos, fizemo-nos irmãos, amigos e parceiros. Aos meus avós paternos (*in memória*), Reneida Vieira da Costa e José Edézio da Costa, tios, tias e primos e primas paternos, que me ensinaram o que é o amor, solidariedade, parceria e coletividade.

Aos meus amigos, da “nossa irmandade Franguinho na panela”, Dayana Cristina, Diogo Marçal, Edmilson Reis, Flávia Patrocínio, Viviane Santos e à segunda geração Antônio e Ynaiê. Juntos temos contrariado os dados estatísticos para a juventude preta, e assim comemoramos as conquistas e vitórias, individuais e coletivas, sendo elas materiais ou acadêmicas.

Às “Deusas do meu Olimpo”, Clarissa Plácido e Laís Ananda Pimentel, que nesse momento da escrita estiveram ao meu lado com toda paciência do mundo, segurando a minha onda “pra eu não surtar”. Elaine Cristina Senemo, quem me apresentou o Quilombo Santa Rita do Bracuí “de dentro”. Wellen Bhering e Carla Barbosa da Silva de Barros, amigas, parceiras e cúmplices. Com essas mulheres, de forma individual ou em pequenos grupos, potencializamo-nos, choramos, rimos e trocamos, juntas nos fizemos lar e família na cidade de Angra dos Reis.

À minha banca de qualificação, que me deram possíveis caminhos para conduzir este trabalho. Às professoras Joselina Silva, Mariléa de Almeida, Marília Campos e Matilde Ribeiro. Quatro mulheres incríveis com quem tive a oportunidade e o privilégio de contar com a contribuição de cada uma delas, muito obrigada!

Ao meu orientador, “meu mais velho”, Mestre Pereira, aquele que acredita na juventude, sua energia e força na luta antirracista está para além dos muros da universidade: professor Amauri Mendes Pereira. Minha eterna gratidão! E ao grupo de pesquisa Análise de Conjuntura e a Luta contra o Racismo pelas trocas e aprendizagens.

À professora de Língua Portuguesa Clarissa Plácido, pelo apoio com a revisão ortográfica; a professora de Língua Inglesa Júlia Anibolet Hille por ter me auxiliado na tradução para o inglês do resumo e o professor de História Igor Alencar com suas leituras, releituras, e comentários ao longo da produção deste texto.

À comunidade Santa Rita do Bracuí que sempre me acolheu, antes mesmo que eu imaginasse que um dia lá seria o meu campo de pesquisa. Marilda de Souza Francisco/Dona Marilda, que com muito afeto abriu as portas do seu território e lar, disposta a trocar e me ensinar. A Raísa Francisco, Fabiana Ramos, Luciana Adriano, que toparam participar desta pesquisa e com afeto me ensinaram e tem me ensinado sobre o que educação quilombola.

Por fim, porém não menos importante, a Igor Fernandes Alencar, que, estando perto ou longe, sempre foi e é meu parceiro, somos amigos e companheiros. Educadores de nós mesmos, entre a História e a Pedagogia, sigamos o nosso curso de educação continuada durante os cafés da manhã ou por ligação via chamada de vídeo. Gratidão pelas trocas, aprendizagens nessa jornada chamada vida, sim, “*Tamo Junto*”!

RESUMO

COSTA, Luciana das Neves Rosa. **Quilombo Santa Rita do Bracuí: entre luta, trocas e saberes**. 2021. 93p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

O presente trabalho tem como objetivo compreender como os processos de luta em defesa do território da Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí estão vinculados a produção de saberes e luta pela educação. Para alcançar o objetivo geral, foi delimitado como objetivo específico: a) Conhecer historicamente como se deu a ocupação e permanência no território, e reconhecer quais ferramentas foram utilizadas para defendê-lo de acordo com o momento histórico e geracional; b) Descrever a importância das trocas entre os mais velhos e a juventude quilombola nos processos de construção identitária, na valorização dos saberes e manutenção da cultura produzida pela comunidade; c) Identificar como a Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí construiu a sua própria concepção de educação quilombola. O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu a partir de conversas informais, entrevistas, análise de documentários e literaturas especializadas de acordo com as temáticas discutidas. O trabalho foi dividido em três momentos: no primeiro, foi traçado um breve histórico de como se deram os processos de resistência no território baseado no relatório antropológico que compôs o processo que garantiu o reconhecimento da fundação cultural palmares em 2011; no segundo momento, mostra-se como a atuação da juventude em troca com os mais velhos agrega elementos que fortaleceram a identidade coletiva e do território; e no terceiro e último, o que a comunidade entende como educação quilombola e como ela se organiza para desenvolvê-la.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo Santa Rita do Bracuí, educação quilombola, território de saberes.

ABSTRACT

COSTA, Luciana das Neves Rosa. **Quilombo Santa Rita do Bracuí: between struggle, exchanges and knowledge.** 2021. 93p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

The present work aims to comprehend how the processes of struggle in the defense of the Santa Rita do Bracuí Quilombola Community territory are bound up with the production of knowledge and the fight for education. In order to attain the general objective, some specific objectives were delimited: a) To know the occupation and permanency in there took place historically and to recognize which tools were used to defend it according to the generational historical moment; b) To describe the importance of the changes among the elderly and the quilombola youth in the process of construction of identity, the appreciation of knowledges and the maintenance of the culture generated by the community; c) To identify how the Santa Rita do Bracuí Quilombola Community built its own conception of quilombola education. The development of this work happened during informal conversations, interviews, evaluations of documents and specialized literature, according to the issues discussed. The study was divided into three moments, the first one sets a brief record of how the processes of resistance took place in the territory based on the anthropologic report that build the process and guaranteed the acknowledgement of the Palmares Cultural Foundation in 2011; The second moment shows the youth acting, making exchanges, adding elements that strengthen the collective identity and the territory; And the third and last moment is what the community undertands as quilombola education, and how it is organized in order to be developed.

Key Words: Quilombo Santa Rita do Bracuí, quilombola education, territory of knowledge.

LISTA DE IMAGENS

Imagens 1 – Queremos Educação Quilombola	71
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLA

ACQUILERJ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARQUISABRA DCNs	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santa Rita do Bracuí Diretrizes Curriculares Nacionais
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAC	Centro de Ação Comunitária
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERER	Educação para as Relações Étnico Raciais
IEAR	Instituto de Educação de Angra dos Reis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABHOI	Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense
LEC	Licenciatura em Educação do Campo
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MINC	Ministério da Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PENESB	Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira
PRONERA	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SAPE	Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - PASSEIO NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA DO QUILOMBO: <i>DERAM A NOSSA LIBERDADE, MAS NÃO FOI DO NOSSO JEITO</i>	21
1.1 Mesmas lutas, outras ferramentas.....	27
CAPÍTULO 2 - LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE: CADA QUAL AO SEU TEMPO	41
2.1 Responsabilidades formativas em diálogos comunitários de aprendizagem	46
CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO DE TROCAS E SABERES	62
3.1 <i>Ciranda das Mulheres Sábias</i>	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

*Lá vem o trem fazendo piui piui, vou entrar é no vagão do
jongo do Bracuí, aê, aê, aêa
Presta atenção na história que eu vou contar, eu deitei
minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar.
Aê, aê, aêa
eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está
lá no mar*
(Marilda Francisco de Souza)

Começo este trabalho com o ponto de jongo criado por Marilda Francisco de Souza, liderança quilombola, do Quilombo Santa Rita do Bracuí¹, Presidente da Associação de Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí-ARQUISABRA, membra titular na cadeira Educação Afro-brasileira no Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis –CME, educadora não docente da Escola Quilombola Municipal Áurea Pires da Gama.

No início desta pesquisa, enquanto me organizava para dar prosseguimento a este trabalho, recebi um convite do próprio campo, para assim ampliarmos as reflexões não só dos processos educativos de ordem acadêmica, mas sim da/para vida. Quando o campo de pesquisa te convida a dialogar e seguir em frente não tem mais como voltar atrás. Não tem como silenciar aquela voz dizendo: “Venha, sigamos, ainda temos muito a caminhar”. Assim como a personagem Maria Nova, a quem Conceição Evaristo dá voz em seu livro *Becos da memória*:

Escrever *Becos* foi perseguir uma *escrevivência*. Por isso também busco a primeira narração, a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar a minha. [...] E como lidar com uma memória ora viva, ora esfacelada? Surgiu então o invento para cobrir os vazios de lembranças transfiguradas. Invento que atendia ao meu desejo de que as memórias aparecessem inteiras. E quem me ajudou nesse engenho? Maria-Nova (EVARISTO, 2017, p. 10-11).

¹ O quilombo Santa Rita do Bracuí fica na região sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, aproximadamente 190 km da Capital do Rio de Janeiro e 27 km do centro da Cidade de Angra dos Reis, município ao qual o quilombo está circunscrito. De acordo com as descrições que constam no processo de titulação protocolado no ano de 2015 junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim descreve a comunidade: “O quilombo é composto por 129 famílias, e o território está em processo de regularização é composto por um segmento principal e oito segmentos "ilhas". SEGMENTO PRINCIPAL com área de 594,1992 ha e perímetro de 19.124,97 m, com as seguintes confrontações: herdeiros ou sucessores do Comendador José Breves; terras indígenas - aldeia Guarani; Rio Bracuí; Rio Pequeno; Rua Santa Clara; Estrada de Santa Rita; Parque Nacional da Serra da Bocaina; Títulos existentes = Certidão de Testamento do Comendador José de Souza Breves, autos do inventário, 1º volume, fls. 139 Cartório do 1º Ofício de Pirai, Estado do Rio de Janeiro;” (Diário Oficial da União Nº 246, 2015, p.147).

A minha experiência no campo, bem como a voz que conduz meu processo de escrita, também é creditada a uma voz feminina: Marilda de Souza Francisco, mestra, intelectual e grão, hoje uma referência de luta não só para a comunidade, mas para aqueles que se prestam a ouvi-la. Em seu exercício de educadora social, mesmo com toda a estrutura que tenta sucatear e secundarizar a educação escolar, Marilda ainda assim acredita que por meio da educação é que conseguimos e conseguiremos propiciar oportunidades aos nossos meninos e meninas. Para tanto, ela visualiza a educação escolar como um investimento para a vida.

O primeiro convite aparentemente foi simples: “Vá a minha casa. Mas vá para dormir, nada de pressa. Conversaremos e à noite teremos fogueira e roda de jongo na casa de uma parente.” E assim aconteceu. Durante o dia, enquanto a TV aberta passava o jogo de voleibol feminino, ela dividia a atenção entre a conversa e os pontos alcançados pelas jogadoras da nossa seleção brasileira. Logo em seguida, a conversa continuou enquanto ela preparava o peixe ensopado com banana da terra e colhíamos em sua horta os vegetais para o preparo da salada.

Minha admiração só aumentava a cada palavra. Nós, pesquisadores, vamos ao campo quiçá “prevendo” o que encontraremos por lá, entretanto, quando esse aprendizado suavemente supera nossas expectativas, o que nos resta é aquietar, silenciar, ouvir, trocar e aprender. Impressionava-me perceber como muitas experiências da vida cotidiana daquela comunidade quilombola se entrelaçavam com as minhas experiências na favela – podendo ser a relação com o trabalho; a organização, composição e inter-relações familiares; o comportamento das crianças com o território; a relação com o espaço escolar; a forma pela qual as famílias eram tratadas pela escola e até mesmo a forma que os membros da comunidade se relacionavam entre si.

A relação entre essas comunidades não é algo novo, pois já havia me deparado com tais comparações em escritos de Beatriz Nascimento (RATTS, 2007, p.54), quando trata as favelas como novos quilombos, ou em Andreino Campos (2005), em seu livro *Do quilombo à favela*. Todavia materializar essas experiências de forma que elas se unissem a minha foi como se mais uma vez a minha história se desse em continuidade às histórias dos meus antepassados.

Após essas trocas e aprendizagens, não houve jeito, fui circundada por reflexões outras, ampliando os questionamentos que havia levado para o campo. Mesmo que passassem pela atenção do que se desenvolvia nos quilombos, inicialmente as minhas perguntas não estavam centradas exclusivamente nas experiências destas comunidades. Sendo conduzida pelo campo após as vivências no Quilombo de Santa Rita, fui aos poucos mudando o foco da pesquisa.

Imersa na sistematização do que o fazer acadêmico espera, também seguia aguçando minhas próprias memórias, trazendo à tona várias lembranças da minha própria infância, de menina negra periférica. Recordei assim de tios, tias, primos, primas e colegas, que por questões sociais não conseguiam estudar, por não ter escola próxima às suas residências, ou terem que ir trabalhar para ajudar com as despesas de casa. Ou até mesmo com pouquíssima idade ter que cuidar dos irmãozinhos mais novos para as suas mães trabalharem. Resguardadas as especificidades de cada contexto, as experiências com dificuldades de acesso a direitos básicos da população quilombola são similares às demandas da população negra que vive nas favelas do Rio de Janeiro, que muitas vezes é impedida de ir à escola pelo fato de haver conflitos (geralmente envolvendo policiais e criminosos) na comunidade.

A incursão ao campo, o remontar metodológico e o aprofundamento temático através da literatura especializada não encerram meus processos de escuta e observação para a aprendizagem. A solidão investigativa às vezes se rompe através de mensagens escritas ou áudios de Dona Marilda, ou mesmo quando de forma mais voluntária ouço a comunidade em algum documentário que ilustra a experiência daqueles que a compõe. Mesmo imersa nestas desobrigações criativas, ainda no início deste percurso, enquanto reproduzia um dentre tantos registros audiovisuais que tem por fonte os moradores do Quilombo do Bracuí, ouvia sobre como ocorreram os processos de acesso à educação escolar, contados por Marilda ao retomar sua infância, bem como posteriormente sobre os embates e lutas dimensionando possibilidades de acesso dos jovens e crianças da comunidade aos espaços de educação escolar diferenciada, sob a perspectiva quilombola. Senti-me motivada e questionamentos me tomaram: como esses processos ocorreram? Quais saberes estão em volta deste processo? Como os quilombolas de Santa Rita do Bracuí percebem o que é educação quilombola?

Para tanto, além destas reflexões, busco compreender como essa luta por educação não vem apenas da busca por um direito básico, associada à obrigatoriedade legal, como preveem os documentos oficiais que legislam e garantem o direito ao acesso à educação escolar para a criança e jovens². Essa luta vem também como uma reivindicação por políticas públicas educacionais voltadas para as crianças, adolescentes e juventude na sua especificidade quilombola, direito esses garantidos nesses mesmos documentos oficiais.

No caso da comunidade Santa Rita do Bracuí, essa educação escolar passa a acontecer desde as aulas que aconteciam na casa da Professora Nadir (professora que recebia remuneração

² Como prevê o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9394/96 e na Lei 8.069 de 1990 que prevê o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

do estado para ministrar aulas as crianças da até então Comunidade Negra Rural Santa Rita do Bracuí) na década de 1960 e início de 1970, perpassando pela construção da Escola Municipal Áurea Pires da Gama³ em 1972 (que na época era estadual), que em 2015 se autodeclarou enquanto escola quilombola. Porém, a escola ainda vivencia o desafio de por em prática o Projeto Político Pedagógico de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais –DCNs para a Educação Escolar Quilombola. Agora uma das frentes de luta é pela construção da escola de educação infantil e primeiro segmento dentro do território quilombola – que sob as negociações tem a previsão de ser construída na sede da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) com a efetivação da educação escolar quilombola.

Em meio a esse processo investigativo, compulsando a legislação educacional e ouvindo a comunidade, percebi que discutir educação escolar quilombola não se trata de falar somente sobre o acesso à educação formal por parte de uma comunidade que sempre teve dificuldade em acessá-la. Mas, como a entrada e permanência na educação escolar está vinculada à superação de desigualdades sociais, a luta é também em defesa do direito pela titulação da terra, a afirmação da identidade individual e coletiva do *ser* quilombola. Essa escola é constituída não apenas de “fundação, parede e teto”, mas também é pautada na preservação de saberes, valores, culturas que são peculiares para a comunidade de forma subjetiva. Isso a torna existente até mesmo antes que sua estrutura física seja erguida e seu projeto político pedagógico seja constituído pela comunidade antes mesmo da sua efetivação.

A fim de buscar responder os questionamentos que circundam este trabalho, foi feita pesquisa de campo, com abordagem de forma qualitativa, objetivando observar a realidade da comunidade e, assim, aproximar de uma melhor compreensão acerca do contexto ao qual o quilombo está inserido. Para tanto, a coleta de dados buscou identificar as concepções da própria comunidade acerca do tema em estudo, assim como nos ressalta Arilda Schmidt Godoy, (1995, p.21):

Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando /I captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995, p.21).

³ Inaugurada em 1972, com o objetivo de atender aos moradores locais, que, na sua maioria, eram quilombolas e caiçaras, ou seja, alunos de camadas populares. A escola fica localizada às margens da Rodovia Governador Mário Covas (Rio- Santos), Km 500, no Bairro Santa Rita do Bracuí, um bairro pobre e afastado do Centro do município de Angra dos Reis. (SILVA, 2018, p. 10).

E para bem compulsar os dados colhidos, foi revisitado literatura especializada em quilombo e educação escolar quilombola – transcritos em teses, dissertações, artigos acadêmicos e documentos oficiais; bem como análise de vídeos e documentários que permitiram conhecer personalidades sempre lembradas na comunidade, mas que já faleceram.

Após me apropriar tanto da história de ocupação e permanência da comunidade e sua luta em defesa do território, quanto das movimentações dos quilombolas de Santa Rita do Bracuí em busca por acesso à educação, foi construído uma trilha de perguntas para serem utilizadas durante as entrevistas. Porém, para além do rito performático existente nas entrevistas, também ocorreram outros mais fortuitos diálogos com os sujeitos da pesquisa, permeando de conversas constituídas no enredo dos afazeres diários, que muitas vezes superaram até mesmo as respostas dadas durante as entrevistas. Sobre isso, faço lembrança da pesquisa de Gabriel Siqueira Corrêa, realizada também no âmbito do quilombo do Bracuí, ao mencionar sua experiência no campo, o pesquisador expressa a dificuldade que encontrou em alguns momentos ao realizar as entrevistas, ressaltando que em diversas situações as respostas acabavam vindo nos momentos de conversas informais e diz:

entendi que a metodologia desenvolvida no campo de produção do conhecimento eurocêntrico tem seus limites, e que a ida ao campo não significa obtenção de respostas pretendidas. Ainda que a preparação seja etapa fundamental, não podemos ir a uma comunidade tradicional achando que a conversa é sempre uma entrevista, e que tudo deve ser transcrito. O diálogo propicia aprendizagens, e é muitas vezes afastado do gravador que são reveladas informações chaves para a compreensão dos processos (CORRÊA, 2018, p.24).

Ao passo do que elencou Gabriel Corrêa, nossos procedimentos no campo lançaram atenção a esses diálogos e trocas, exercitando uma atenta escuta, o que propiciou identificar nessas conversas, aparentemente despretensiosas, fonte de informações que se mostraram muito caras para a conclusão dessa pesquisa.

Diferente do que observamos em outras pesquisas, não nos referimos aos nossos interlocutores enquanto “fulano” “X”, “Y” ou “Z”, os tratamos pelo seu nome e sobrenome. Assim como a intelectual e ativista do movimento negro Lélia Gonzales dizia: “gente preta tem nome e sobrenome” (RATTS & RIOS, 2014, p. 59). Seguimos esse raciocínio haja vista a atenção para como os nossos interlocutores e consciência destes de que se inscrevem enquanto protagonistas de suas histórias. Esse cuidado deve existir mesmo entendendo que muitos dos nomes das pessoas negras desse país advêm da herança do processo de colonização, durante o

qual africanos escravizados perdiam os seus nomes na tentativa de destituírem suas identidades originárias, impondo a estes o nome dos “seus proprietários”, os senhores.

O escravo é violentamente arrancado de seu meio. Ele é dessocializado e despersonalizado. Esse processo de negação social constitui a primeira, e essencialmente externa, fase de escravização. A fase seguinte envolve a introdução do escravo na comunidade de seu senhor, mas envolve o paradoxo de introduzi-lo como um não-ser. Isso explica a importância do direito, dos costumes e da ideologia na representação da relação escravista (PATTERSON, 2008, p. 69).

No caso deste trabalho, são evidenciados aqui os nomes dos sujeitos da pesquisa e o fazemos porque percebemos a pertinência de, não só trazer suas vozes, tentar evidenciar o protagonismo desses atores sociais que, por conseguinte, têm suas ações vinculadas aos seus nomes. Fica evidente assim a importância dos seus saberes e como estes estão associados aos sujeitos que os produzem.

Foi fundamentalmente a partir das muitas conversas com cada pessoa que tomou parte em nossos diálogos – e que, por conseguinte, proporcionaram os dados e complexificações que aqui se apresentam – que reuni a instrução necessária para a alteração de todo o percurso da pesquisa prevista inicialmente, dando origem a esses outros questionamentos, que serviram de base para que este trabalho fosse construído.

Tema recorrente já nas primeiras conversas com Dona Marilda, era o processo de escolarização das crianças e dos jovens do Quilombo Santa Rita do Bracuí, retomando desde as experiências quando ainda era reconhecida apenas como Fazenda de Santa Rita do Bracuí. Numa dessas oportunidades enquanto ela narrava sobre sua própria história, a mesma também tecia sua concepção acerca da educação escolar regular e da educação escolar na modalidade quilombola, expondo todo o seu conhecimento a respeito das estruturas institucionais educacionais e políticas públicas para a educação escolar. Era fácil notar sua compreensão e desenvoltura do que se faz necessário para se desenvolver uma educação diferenciada para as comunidades tradicionais e, nesse caso, educação quilombola, transpondo o seu conceito previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012).

A partir das muitas horas de conversa conduzida por Marilda durante um fim de semana, fez-se necessária a coleta de dados com outras educadoras quilombolas que atuaram e atuam nos processos educativos dentro do território Bracuí. Luciana Adriano, que atuou desde o início no projeto *Pelos caminhos do Jongo*; Fabiana Ramos, uma das jovens que concluiu graduação na Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro – UFRRJ; Raísa Francisco, filha de

Dona Marilda, que hoje dá prosseguimento aos trabalhos de educação quilombola com as crianças dentro do território Bracuí – essas últimas, além de educadoras, são jovens lideranças quilombolas. Com o roteiro semiestruturado, busquei compreender qual era a concepção delas acerca da educação, bem como qual é o sentido de uma escola dentro do território, qual é a demanda da comunidade e quais suas propostas e perspectivas para as crianças quilombolas.

A pesquisa teve algumas interrupções devido à pandemia do Coronavírus (COVID 19), o que atrasou o retorno ao campo para finalização da coleta dos dados, fazendo com que a complementação de algumas entrevistas ocorresse via chamada de vídeo, mensagens e áudios pelo *WhatsApp*. Com o roteiro de diálogos estabelecido para este segundo momento, deixei que as entrevistadas tivessem contato prévio com as questões a fim de que tomassem conhecimento do que seria perguntado – e ainda seguimos acrescentando questões levantadas por elas durante nossas conversas.

A escrita deste trabalho está dividida em três momentos. Para conhecimento das dinâmicas do território Bracuí, no primeiro momento será discutido o processo histórico da constituição da Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí, mostrando que a ocupação e permanência giraram em torno de conflitos e que os moradores da antiga fazenda Bracuí tiveram que lutar e resistir, fazendo uso desde “pau e pedra” a abertura de processos judiciais, contra as tentativas de grilagem e desapropriação de seus territórios.

Já no segundo momento, descrevemos a importância das trocas geracionais para a constituição de uma identidade coletiva circunscrita ao território Bracuí. Abordamos então como os quilombolas de Santa Rita passam a se organizar enquanto Associação Remanescente do Quilombo Santa Rita do Bracuí – ARQUISABRA, demonstrando como a construção da associação se deu juntamente com a afirmação da identidade quilombola, de forma coletiva a partir das pautas que a comunidade via enquanto prioritárias. Para além da titulação do território, a educação pode ser institucional ou referida ao compartilhar dos saberes produzidos pela comunidade. É evidenciado o protagonismo da juventude na atuação tanto em trocas com os mais velhos para a manutenção dos valores culturais, quanto na reivindicação por uma educação escolar quilombola.

Por fim, identificar como o Quilombo de Santa Rita do Bracuí se constituiu como uma comunidade que, educando os seus e quem se aproxima, construiu a sua própria concepção de educação, que vai além do “ler e escrever”, sendo ela parte das ferramentas que compõem a luta pela titulação do território, caminho esse para a manutenção de valores culturais, afirmação e valorização da identidade quilombola. A juventude é protagonista desses processos formativos

e educativos, pautada nos ensinamentos dos mais velhos se munuiu de distintas ferramentas de luta.

Antes de caminhar para o texto principal desta pesquisa, compartilho a lembrança de certa ocasião, quando participei de uma formação⁴ que contou com a presença de Yedo Ferreira, uma das lideranças do movimento negro da década de 1970. Na oportunidade, referindo-se a nós que estamos nos espaços acadêmicos, ele disse que: “se nossa gente na universidade não pesquisar sobre as coisas da nossa gente, de nada adianta estar lá”. Pensando em sua fala, por mais que sejamos múltiplos e autônomos em elencar nossos temas de pesquisa, conduzo este trabalho sem falar pela comunidade, mas ouvindo-a atentamente, refletindo junto daqueles que a compõem. Assim busco retratar a realidade que vivem, como produzem seus saberes e compartilham estes com os seus e com quem chega ao território. Para tanto, haveremos de ressaltar, exaltar e marcar como tem se dado esse processo consciente e político de luta por educação e pela titulação da terra. Essas mesmas lutas não são novas, mas têm séculos de história.

⁴No dia 17 de outubro de dois mil e dezoito, aconteceu uma imersão dos membros do Grupo de Estudo Conjuntura Nacional e Luta contra o Racismo em debates sobre o Movimento Negro e o papel da universidade perante as demandas e lutas da grande maioria negra. Tivemos a participação de grandes referências na militância do movimento negro e de mulheres negras, como Amauri Mendes Pereira, Joselina Silva, Yedo Ferreira, Adélia Azevedo e Aderaldo dos Santos (Gil).

CAPÍTULO 1 – PASSEIO NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA DO QUILOMBO: DERAM A NOSSA LIBERDADE, MAS NÃO FOI DO NOSSO JEITO⁵

*O presente atua como interlocutor do passado e,
consecutivamente como locutor do futuro.*
(Antônio Bispo dos Santos, 2015, p. 19)

A historiografia que revisita o temário da escravidão e da liberdade já endossou “onde houve escravidão, houve também resistência” (REIS; GOMES, 1996, p. 09). Dentre as várias formas de resistência existentes no contexto escravista, a fuga individual ou coletiva – e a consequente formação de grupos de escravizados fugidos – é apresentada como a “mais típica”. A formação desses grupos através da experiência da fuga é conhecida em todas as Américas com as mais distintas denominações, como “palenques” (na América espanhola), “grand marronage” (na francesa), “marrons” (na inglesa) e quilombos (a exemplo do Brasil, na América portuguesa).

Enquanto no período colonial, a emancipação e liberdade dos africanos escravizados vinha através das fugas, da compra de suas próprias alforrias, ou daqueles que agiam de forma coletiva⁶ para ajudar os outros a saírem daquela condição.⁷ Podemos ver como, em meio ao século XXI, essa mesma luta por emancipação e liberdade continua, porém com a finalidade de “quebrar outras correntes” – a do conhecimento acadêmico, a da titulação da terra e outros acessos básicos, como saúde.

Pensando nisso, podemos perceber como as experiências negras construíram e ressignificaram estratégias de luta por melhorias para a população negra, sendo composta por ex-escravizados e seus descendentes. Os enfrentamentos, que também se moldam no tempo, serviram de alicerce para o surgimento de novas mobilizações coletivas, atuantes em distintas frentes, como nos informa Amauri Mendes Pereira (2008): “Grupos, Entidades e Militantes negros que buscam a valorização do negro e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra

⁵ Esta é uma assertiva de Manoel Moraes da Silva (*in memoriam*), um dos célebres narradores dos feitos do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Hoje já é ponto de jongo “Deram a nossa liberdade, mas não ficou do nosso jeito // Deram a nossa liberdade, mas não deu nosso direito”. Entoadado nos festejos da comunidade, esses cantopoemas (PEREIRA, 2002. p. 38-39) instruem os jovens para a compreensão de que direito é conquista. Mesmo que vivenciamos uma “democracia de baixa intensidade” (BOAVENTURA, 2011, p. 39), o que temos é fruto de uma incessante luta.

⁶ Quituteiras, quando saíam para vender os seus quitutes, levavam bilhetes que organizavam as fugas. O trançar dos cabelos que indicavam as rotas até os quilombos.

⁷ A ressalva que muitas das fugas não levava à formação de grupos, e sim a dispersão dos fugidos em meio a massa de escravizados ou negros livres, para evitar o anonimato em meio a outras matizes raciais. (GOMES, REIS, 2012, p. 10)

o racismo, buscando através deste combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida da população afro-brasileira.” (PEREIRA, 2008, p. 2).

Para Beatriz Nascimento, o quilombo nasce da fuga, da renúncia de ser propriedade de outro. A migração, a busca do território é algo muito importante. O território também possibilita visibilidade e fortificação da identidade daqueles que o compõem, sendo esses espaços não só definidores de limites, mas criadores de possibilidades de reconhecimento – “É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem-se que tornar-se visível. Porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro, e em cada um o reflexo de todos os corpos.” (NASCIMENTO, 1989).⁸

Muito se tem falado sobre o Quilombo Santa Rita do Bracuí. Ao fazermos o levantamento bibliográfico, foi percebido como consta um número significativo de produções que versam sua historicidade. Por isso, o propósito deste capítulo é fazermos um breve relato de como se deu a ocupação desse território, a fim de situar histórica e geograficamente e assim dar prosseguimento a este trabalho.

Aqui, mais do que contar a história da comunidade do Bracuí, que já dispôs de enredos acadêmicos com esse propósito, a compreensão se volta para as dinâmicas do território e como a identidade quilombola grafou esse espaço. Para tanto, não nos cabe aqui traçarmos uma linha do tempo, apresentando a história de constituição da comunidade num processo linear. O que se quer é tomar conhecimento de como o presente dialoga com o passado, de modo que compreendamos as perspectivas futuras da comunidade para com os seus.

Assim se justifica a opção de começar este capítulo com a epígrafe de Antônio Bispo dos Santos, uma liderança quilombola no Estado do Piauí, conhecido hoje nacionalmente. Em seu livro *Colonização, quilombos, modos e significados*, já no início o autor menciona sua percepção em relação às dimensões do tempo: passado, presente e futuro. Na sua concepção, há uma questão em delimitar onde começa um e termina o outro. Para Antônio Bispo, esses limites são comunicativos, pois o passado e presente se entrelaçam e dialogam.

Imersa nessa reflexão, penso na história do Quilombo Santa Rita do Bracuí não como algo que se passou, mas como algo que se reflete na luta presente de uma comunidade que já vivenciou diversos conflitos para ter finalmente a posse de suas terras legalizadas. Terras essas que são suas por direito, não somente por a terem recebido em doação através do testamento de José Joaquim de Souza Breves, mas devido a sua luta, resistência, defesa e proteção dos

⁸ NASCIMENTO, Maria Beatriz. Textos e narração de Ori. Transcrição (mimeo). 1989. Para mais, ver: RATTI, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

recursos naturais. Nesse sentido, a comunidade se constitui em processo de luta pelo reconhecimento dos seus direitos: territorial, identitário e patrimonial.

As terras às quais me refiro ficam situadas na cidade de Angra dos Reis, ao Sul do estado do Rio de Janeiro. O quilombo de Santa Rita do Bracuí, que já se chamou fazenda Santa Rita do Bracuí, devido ao nome que recebeu de seu antigo dono, o comendador José Breves, quando este adquiriu a propriedade em 1829. O dito Breves “tornou-se conhecido como o ‘Rei do Café’ por sua fortuna adquirida no cultivo desse grão no Vale do Paraíba e pelo comércio ilegal de escravos no final da primeira metade do século XIX” (SILVA, 2018, p. 22).

As terras – que atualmente dispõem de usufruto coletivo, legado por parte dos descendentes daqueles que despenderam tempo e energia formando a antiga fazenda Bracuí – foram recebidas por herança em testamento pelo fazendeiro José Joaquim de Souza Breves, em 1870. O comendador também se fez notável traficante de escravizados vindos do continente africano, mesmo após a proibição deste comércio em 1831. A fazenda ficava a beira mar em Angra dos Reis, e produzia água ardente, “mercadoria chave no comércio de escravos” (AMBROZIO et al., 2016, p.395-396).

Logo após a morte de José Joaquim de Souza Breves, foi aberto em 1879 o testamento que ele havia escrito em 1877. No documento, o testador determinava que parte das terras da fazenda Bracuí deveria ficar para os antigos moradores, sendo esses os ex-escravizados, alforriava os que ainda não tinha conquistado sua alforria e também distribuía terras entre os recém-libertos. Na experiência colonial, os arranjos para cumprir as últimas vontades de quem partia “eram peças importantíssimas no ritual da morte, pois era por meio delas que o quase sempre moribundo acertava as contas com o Criador e tomava as providências que julgava necessárias para colocar sua alma no caminho da salvação.” (SOARES, 2009, p. 85).

José Breves ainda frisou que as terras só poderiam ser usadas como usufruto, como se pode observar mais adiante através de um fragmento do seu testamento, retirado do relatório antropológico de caracterização da comunidade: “deixo em benefício das pessoas ali residentes, e que são meus agregados gratuitos e todos morigerados, para não ficarem privados dos meios de subsistência.” (MATTOS et al. 2009, p. 32).⁹ Além da distribuição de lotes de terras entre os antigos agregados, há também uso de um direito costumeiro, que é a concessão de alforria dentre as últimas vontades do senhor:

⁹ MATTOS, Hebe et al. Relatório de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rota do Bracuí. Niterói: UFF/Incrá-SRRJ, 2009.

A manumissão *post mortem – in testamento* cerca-se como uma das mais antigas e difusas formas de se alforriar um escravizado. Deste modo, indivíduos escravizados acessavam a liberdade através de vontade expressa mesmo que verbalmente ainda pelo senhor em vida; intermediado pelos herdeiros do falecido; ou através de testamento escrito (ALENCAR, 2019, p. 45).

O poder senhorial – em uma conjuntura do seu esgotamento em relação à prerrogativa da alforria – buscava ainda, por parte de alguns senhores, afirmar o poder que já lhes escapava, tentando traçar através do testamento o futuro dos seus antigos escravizados, ou mesmo dos seus próprios legados (LOURENÇO, 2015, p. 387).

Vale ainda ressaltar aqui que, no momento da concessão das terras pelo comendador, a fazenda já não se encontrava em estado tão produtivo e conseqüentemente não mais dispunha de elevados retornos econômicos para os Breves.

Para além da caridade e do acerto de contas com o fim da vida, de fato o projeto rascunhado pelo comendador tinha por objetivo principal a manutenção dos seus próprios legados. Nos espaços litorâneos, preteritamente e atrelados ao tráfico e a cabotagem, a decadência da região precipitou o controle das terras e demais benfeitorias pelos antigos libertos e demais agregados (LOURENÇO, 2015, p. 383).

Apesar da doação das terras para os ex-escravizados certificada em testamento, o referido documento nunca foi entregue aos herdeiros destes, o que ocasionou uma série de conflitos envolvendo pessoas que queriam se apropriar das terras de maneira indevida (SILVA, 2018, p. 28).

Exigência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o relatório antropológico compõe de forma inicial o processo de titulação das terras e consta o objetivo de reconstrução histórica dessas comunidades, dispondo de cruzamento de fontes orais (relatos de membros das comunidades), cartoriais e paroquiais.¹⁰ No caso do Bracuí, sobretudo a documentações do século XIX. A produção do relatório possibilitou o conhecimento da história de resistência contida na experiência daqueles africanos e seus descendentes que se fizeram livres e defensores da continuidade do seu território adquirido.

A circunscrição do território – hoje menor em relação ao que originalmente constava no testamento de José Joaquim de Souza Breves – passou pelos interesses de expropriação desde

¹⁰ Parte das histórias narradas pela comunidade, e que compuseram o relatório antropológico, podem ser acessadas através do acervo: *Entrevistas do acervo UFF Petrobrás Cultural – Angra dos Reis*. Disponível no site: <<http://www.labhoi.uff.br/?q=acervo/jongos>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

o testamenteiro Honório Lima até a atual especulação imobiliária advinda da industrialização e turistificação presentes em Angra dos Reis. Frente a esses desafios, a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) fez corpo frente ao interesse coletivo do território.

Como apontado anteriormente, o relatório de caracterização do Quilombo de Santa Rita do Bracuí foi constituído tanto a partir da história oral colhida dos relatos em volta da pesquisa de campo, quanto da pesquisa historiográfica. É possível identificar no documento uma sequência processual de tentativas de invasão e apropriação indevida do território. Baseados em quatro grandes conflitos, esses mesmos acontecimentos nos dão a tônica do drama social vivenciado pelos descendentes de africanos e crioulos que dispuseram de muito trabalho na formação e manutenção da fazenda (MATTOS et al. 2009, p. 57).

Dentre os conflitos, o primeiro ocorreu entre 1904 e 1905, quando Honório Lima chega a Santa Rita para desmontar as máquinas do engenho de cana e do monjolo.

Segundo antigos moradores, como seu Manuel Moraes, Totonho Seixas e José Adriano, nesta mesma época os moradores de Santa Rita assinaram documentos reconhecendo a venda das terras para Honório Lima, sem, no entanto, tomarem ciência do real conteúdo da documentação por pensarem que estavam assinando a legalização de suas posses (MATTOS et al, 2009, p. 57).

A tentativa de induzir alguns membros da comunidade a assinarem documentos abrindo mão de suas terras, divergindo totalmente do interesse desses, ainda teria outros desdobramentos. Em 1921, Honório paga os impostos das terras da fazenda em seu nome e em 1956 seus filhos demarcam lotes, porém não fazem tentativa de expulsar os moradores que ali estavam (MATTOS et al, 2009, p. 59).

Logo em seguida, o segundo conflito foi a tentativa de grilagem das terras. Em 1956, Maurício Pires se apropriou da fazenda vizinha, devido seu proprietário tê-la hipotecado com o banco. Assim nos conta aquele que fez muito bom uso do ofício das suas tradições africanas de narrar às histórias da comunidade, Manoel Moraes da Silva:

Depois que o Macedo morreu, a fazenda ficou com o banco. Foi nessa época, do tal banco que apareceu por aqui este tal de Maurício Pires pra tomar conta da fazenda, mas nós pensávamos que ele era dono. Depois, nós ficamos sabendo que foi um deputado lá de Angra que colocou esse sujeito aqui (MATTOS et al 2009, p. 58).

No período dessa segunda contenda, a produção de banana movimentava aquela região, por isso os moradores de Santa Rita vendiam as suas produções para Maurício Pires, ou plantavam nas terras que achavam serem dele, devolvendo 30% do produzido. Na tentativa de angariar mais arrecadação, agindo às escondidas, Pires começava a avançar com a cerca para dentro das áreas da Santa Rita. Ao tomarem ciência da tentativa de grilagem, além de deixar de produzir em suas supostas terras, deixaram também de vender suas produções para esse sujeito. O que agravava a situação era o fato de ser ele quem levava os produtos para serem comercializados em Angra dos Reis. O revelar da desonestidade acentuada de Maurício Pires propiciou também uma reação inconformista por parte da comunidade, especialmente por parte de um grupo de mulheres responsável por expulsá-los das terras de Santa Rita. Sandra Bragato (1996, p. 115) ainda nos conta que nessa incursão contra Pires as mulheres portavam “facas e pedras nas mãos”.

Já o terceiro conflito ocorreu em 1960, quando João Correia frequentava a localidade para visitar um amigo que era um comerciante local. Como as visitas eram frequentes, foi se aproximando e conhecendo as pessoas da comunidade, até que ofereceu “ajuda” com o processo de regulamentação das terras, através de sua associação – Sociedade Civil de Proteção aos Lavrados – que ficava em sua cidade, Nova Iguaçu. Os associados deveriam contribuir com um valor mensal, e a cada 10 (dez) alqueires legalizados, 3 (três) deveriam ser doados à associação (MATTOS et al, 2009, p. 60).

Após dois anos, perceberam que não havia ocorrido nenhuma regulamentação, o que fez com que começassem a desconfiar de João Correia – desconfiança essa que foi certificada com a denúncia do seu próprio sócio, com quem estava tendo desentendimentos. Mediante isso deu-se a primeira vez que os moradores de Santa Rita se instrumentalizaram dentre os aparatos jurídicos e procuraram ajuda por vias legais, contratando Dr. Valdemiro, advogado que residia em Paraty, para desfazer o acordo com a “tal Sociedade Civil”. Na perdura dos trâmites legais, o pretenso grileiro também é expulso. Porém, não foi impedimento para que João Correia tivesse tido tempo de lotear algumas áreas para que fossem vendidas. Ainda assim, só conseguiu vender a uma família, pois a região era de difícil acesso, o que dificultou outras pessoas adquirissem outros lotes da fazenda Santa Rita (MATTOS et al 2009, p. 61).

Por fim, o quarto dentre os conflitos que inicialmente foram elencados para esta escrita. Antônio Azevedo, comerciante e morador naquela região, que sempre demonstrou proximidade de todos da fazenda Santa Rita, havia afetado descontentamento com a expulsão de seu amigo João Correia, no terceiro episódio de conflito. Isso faz com que os moradores de Santa Rita

ficassem atentos ao possível fato de eles terem agido em comum acordo (MATTOS et al 2009, p. 62). Logo em 1967, Antônio Azevedo abre um processo de usucapião sobre 30 alqueires, os quais moravam 20 famílias, alegando cuidar daquela área há 40 anos. Entretanto, não teve sucesso com o processo. Já por volta de 1973, com a chegada da construção do trecho Frade da BR 101 – Rodovia Rio-Santos, Azevedo vende suas terras para Renato Xavier, sendo este da família de Honório Lima – o que possibilitou a entrada desta família de forma legal no território. Posteriormente, seriam esses mesmos a vendê-las para a administração da empresa que veio a construir o condomínio Bracuhy na região litorânea (MATTOS et al, 2009, p. 63).

Foi inaugurado assim uma série de outros conflitos, visto que enquanto os quatro outros eram em volta da grilagem das terras, agora esses sujeitos entram no território da comunidade Santa Rita do Bracuí com respaldo legal, mediante documentação. Por meio desse respaldo e apoio político, os “novos proprietários” da terra, na figura da empresa, começaram a coagir os moradores para que vendessem ou até mesmo abandonassem suas casas.

1.1 Mesmas lutas, outras ferramentas.

A educação é um elemento chave para as lutas diárias e cotidianas para os grupos sociais que, pela sua história e trajetória, tiveram e têm seus direitos não somente negados, como roubados. Não foi diferente para os moradores da antiga Fazenda Bracuí. Como já foi mencionado nos episódios dos conflitos apresentados anteriormente, por não terem tido acesso à educação escolar, não tiveram como ler os documentos que foram induzidos a assinar: supostas vendas de suas terras, acreditando estarem assinando os documentos de legalização de posse.

Após a incorporação da fazenda pela empresa Bracuhy, Administração, Participações e Empreendimentos Ltda, em 1975, os moradores de Santa Rita passariam a sofrer uma série de pressões da companhia.

No município de Angra dos Reis, era fundado o Porto Marina Bracuhy. Pela influência de velejadores, o litoral passava a receber a instalação marinas. Estes equipamentos resultavam de intenções de uma parcela da sociedade de ter esse modo de lazer desvinculado das simbologias dos iates-clubes. A primeira marina brasileira surgiu em um lugar que apresentava as vantagens locais do meio natural, do eixo Rio de Janeiro e São Paulo e da densidade técnica protagonizada pelos grandes projetos, em especial, a implantação da rodovia BR-101, Rio-Santos, a chamada região concentrada (TELLES, 2012, p. 212-213).

Distintamente ao nome do Rio Bracuí e da comunidade de mesmo nome, a grafia do nome da empresa inclui “h” e “y” ao invés de “i”. Essa tentativa de despersonalização por parte da empresa buscava cancelar sua incursão sobre um território onde a comunidade negra de Santa Rita já havia grafado sua identidade – era uma tentativa de desterritorialização de quem ali já havia se efetivado em coletividade. Mesmo esses aspectos não passaram despercebidos por parte daqueles que viveram e posteriormente narraram as tensões desse processo, tal qual Manoel Moraes afirmando a identidade contida no nome da comunidade, apontando a simples escrita também anterior às inovações comerciais: “Sem ‘h’ e com ‘i’, nada de ‘y’, porque isso foi invenção da imobiliária que veio para expulsar a gente das terras” (SCHUMAHER, 2005, p. 38).

Se até então a comunidade sofria com sujeitos alheios àquela circunscrição em ações de grilagem, agora a incursão é orquestrada por uma corporação. A pressa nas ações escusas utilizadas pela Bracuhy, na tentativa de expulsão dos moradores de Santa Rita, estava atrelada aos projetos comerciais da empresa. A tiragem do Jornal do Commercio de 9 de janeiro de 1977 estampa: “Primeiro Pólo Turístico implantado em Angra dos Reis”. Assim segue:

O Pólo Turístico de Bracuhy, a ser implantado numa área de 10 milhões de metros quadrados no município de Angra dos Reis, a 180 quilômetros do Rio de Janeiro, mobilizará recursos da ordem de Cr\$ 250 milhões, devendo sua primeira etapa ficar pronta em dois anos. O porto de Bracuhy, principal setor do projeto, já teve iniciadas suas obras de infra-estrutura, depois de firmado um contrato no valor de Cr\$ 40 milhões com a Ster, para dragagem e abertura de canais, no prazo de 240 dias.¹¹

É com este projeto de altas cifras que a construtora Bracuhy consegue a mobilização tanto por parte do judiciário, enviando oficiais de justiça, quanto do executivo, pois até mesmo o prefeito de Angra na época auxilia a empresa, embora antes se dissesse próximo e a favor da comunidade de Santa Rita, compuseram os arranjos que dispuseram a empresa os supostos documentos que davam a eles o direito de expulsar os moradores para usarem suas terras.

As experiências educacionais não estão circunscritas somente às instituições formais de ensino. Ampliando as linguagens de resistência, as mais diversas comunidades foram percebendo também a importância de se compreender as tramas institucionais do Estado. Nesta

¹¹ A moeda corrente à época da publicação do Jornal do Comércio era o Cruzeiro, representado pelo símbolo: Cr\$. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio (RJ) – 1970 a 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&Pesq=condom%c3%adnio%20Bracui&pagfis=46048>. Acesso em: 22 mai. 2020.

percepção, mesmo os mais velhos – que não dispuseram de acesso e direito à educação escolar – passaram a percebê-la como investimento na formação dos mais novos, vislumbrando outro cenário futuro, com possibilidade de mudança das circunstâncias adversas ao quais os pais vivenciam (RIBEIRO, 1995, p. 98).

É possível fazer uma analogia ao que versou Arroyo (1991, p. 25) acerca das insuficiências do Estado em dispor as condições materiais necessárias para o resguardo do direito à educação – transformando a vítima em réu, responsabilizando os afetados pela ineficiência das políticas públicas –, pois acompanhado pelo não acesso à educação, outros tantos direitos são também solapados. A falta de compreensão da escrita e do entendimento da terra enquanto mercadoria, ora levou membros da comunidade a assinarem documentos que não sabiam que tirariam suas terras, ora levou a vendê-las muito abaixo do que comercialmente era estabelecido.

Se a formação escolar escapou à experiência de muitos da comunidade, que apontavam pesarosos para a carência, outras formações se fizeram efetivas. O senhor Manoel Moraes era liderança desta comunidade negra rural e, na década de 1980, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) na área Rural de Angra dos Reis. Ele atribuiu o fato de ter despertado para a luta por defesa do seu povo e território à sua participação ao cursilho em 1976 em Aparecida do Norte - SP, “quando era ministro da eucaristia, os padres já alertavam sobre a importância da liderança nas comunidades” (MATTOS et al, 2009 p. 66).

As múltiplas faces da resistência negra, e especificamente ao tema abordado acerca da obstinação quilombola, constou de importantes lideranças como algumas aqui já citadas. Flávio Gomes, com densa pesquisa sobre quilombos, ao nos situar acerca da experiência daquele que foi o mais importante quilombo do Brasil, menciona que há referências a Palmares, na capitania de Pernambuco, desde 1597. Acresce que “em Palmares, ao que se sabe, os povoados mais importantes eram conhecidos pelo nome de sua localização geográfica ou de seus chefes e comandantes militares.” (GOMES, 2011, p. 16).

Alocamos estas experiências concebidas numa mesma tradição, visualizada em distintos tempos e espaços, que podem ser datadas desde Zumbi dos Palmares até Manoel Morais do Bracuí. Permeia estes personagens a tessitura de melhores condições para si e sua coletividade, tanto que seus próprios membros passaram a agregar aos seus nomes o nome de suas comunidades.

Palmares foi o mais importante quilombo do Brasil. Surgiu na capitania de Pernambuco nas últimas décadas do século XVI, sendo que a primeira

referência aparece em 1597. Ali os mocambos cresciam enormemente, e em meados do século XVII a sua população já alcançava milhares de pessoas distribuídas em vários mocambos ao longo daquelas serras. Estes eram denominados a partir dos nomes de seus chefes e comandantes. Entre os principais estavam os mocambos Andalaquituche, Aqaltune, Dambraganga, Osenga, Quiloange, Quissama, Subupira e Acotirene (GOMES, 2018, p. 389).

Como é possível notar, essa tradição de resistência não se reduz ao protagonismo desempenhado por homens negros, na verdade, mesmo esses são legatários do que lecionou as mulheres negras. Nesse sentido, estas também contaram com o reconhecimento de seus contemporâneos e igualmente emprestaram seus nomes às suas comunidades. Filha de um rei do Congo, Aqaltune é trazida para a América portuguesa na condição de escravizada. Mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi, liderou o mocambo que levava seu nome, e contribuiu ativamente na formação da “República de Palmares” (OLIVEIRA; COSTA, 2020, p. 3). Outra que personificou sua comunidade foi Acotirene. Localizado mais ao norte de Palmares, esse mocambo desempenhava atividades agrícolas dentre a lógica de organização do Quilombo (GONÇALVES, 2011, p. 8-9).

Narrando a “tradição rebelde” contida nas experiências de revoltas dos escravizados antes mesmo da Revolta dos Malês (1835), João José Reis nos possibilita conhecer uma outra mulher negra que insurgiu contra forças de opressão em favor de sua comunidade:

Em Urubu foi presa, a muito custo, uma extraordinária mulher, Zeferina, que de arco e flecha enfrentou os soldados. Durante a luta comportou-se como verdadeira líder, animando os guerreiros, insistindo para que não se dispersassem. O presidente, num elogio involuntário, referiu-se a ela como ‘rainha’. Zeferina mais tarde declarou que os insurgentes esperavam a chegada de muitos escravos de Salvador na véspera de Natal, ocasião em que planejavam invadir a capital para matar os brancos e conseguir a liberdade (REIS, 1986, p. 75).

Compreendido pelo autor como um território africano nos arredores de Salvador, a revolta do quilombo do Urubu, ocorrida em 1826, contou com a participação de homens e mulheres livres e escravizados, com significativa participação de nagôs. Zeferina seguiu trilhas de uma permanente insubmissão criando uma verdadeira “tradição de audácia” (REIS, 1986, p. 64).

Herdeira desta insurgente tradição foi dona Joana Azevedo dos Santos, uma matriarca do quilombo Santa Rita do Bracuí, que se orgulhava por não ter cedido às pressões da construtora Bracuhy. Joana era e ainda é conhecida por tê-los enfrentado de frente. Vivía em seu sítio, onde havia 15 casas nas quais moravam seus familiares. Dentre os moradores da área

litorânea, dona Joana foi a única que, mesmo imersa em tantas adversidades, resistiu às pressões da companhia e seus governados (MATTOS et al, 2009, p. 64).

Dona Joana certamente compõe o celeiro de outras tantas mulheres negras guerreiras, protagonistas de lutas cuja importância poucos conhecem, ainda que não o tenham feito nem o fazem de forma isolada. Mesmo sem ter conhecido a trajetória de mulheres como Aqualtune, Acotirene e Zeferina, a exemplar resistência de Joana na parte litorânea quiçá tenha servido de estímulo para os enfrentamentos ocorridos na parte de cima da fazenda, no chamado sertão. Aos passos de uma linhagem insurgente, conectando sua luta a experiências anteriores, de outras lideranças negras, Joana Azevedo dos Santos defendeu radicalmente seu território, permanecendo o sítio de Joana como o seu mocambo de resistência.

Mocambo e quilombo podem, em temporalidade distintas, serem vistos enquanto sinônimo, expressam também através destas diferentes tipologias o grau de complexidade para o entendimento das formações dessas comunidades em diferentes épocas e contextos.

o termo *quilombo* só aparece na documentação colonial no final do século XVII. Em geral, a terminologia usada antes era mesmo *mocambo*. O historiador Stuart Schwartz (1987) chamou a atenção para o fato de que ao longo do século XVIII – na documentação colonial – as comunidades de fugitivos foram denominadas ao mesmo tempo de *mocambos*, principalmente na Bahia, e de *quilombos* em Minas Gerais; e o termo quilombo apareceu em Pernambuco somente a partir de 1681. Assim, *mocambos* (estruturas para erguer casas) teriam se transformado em quilombos (acampamentos), e tais expressões africanas ganharam traduções atlânticas entre o Brasil e a África desde o século XVI (GOMES, 2015, p. 11).

Dona Joana, ao falar sobre as pessoas que venderam suas terras, entende que este fato seria atribuído ao fato de os moradores da fazenda Santa Rita não saberem ler e escrever e por não terem noção do valor comercial daquelas terras. Dessa forma, não conseguiram dimensionar o quanto era irrisório o que estava sendo proposto para que deixassem suas terras/casas – isso acabou fazendo com que vendessem por pouco dinheiro. Podemos confirmá-lo no fragmento a seguir:

Venderam não, deram dado. Isso aqui foi uma dádiva, o que é herdado não se vende! Vou falar pra você, esse povo que vendeu é muito coitado. São muito coitadinhos... porque você dá quatro mil cruzeiros na mão deles e eles acham que é dinheiro. Não é gente de leitura, então vê aquele tanto dinheiro e acha que vai tirar daquilo o que a terra deu a vida inteira pra eles, e o que a terra dá não se compra! (JOANA, 2009) (MATTOS et al, 2009, p. 73).

Não podemos deixar de ressaltar que nesse momento eles estavam vivenciando uma série de conflitos outros. Havia muitas pressões para que abandonassem suas casas – até mesmo se fazendo perceber que aqueles que não as vendiam tinham suas casas incendiadas. A comunidade ainda sofria com uma diminuição no ritmo da economia local, já que a produção e venda de seus produtos agrícolas não estavam tão rentáveis. Talvez a construção da Rodovia Rio-Santos tenha contribuído com essa diminuição, pois as obras destruíram muitas de suas plantações. Logo, para muitos, vender suas terras se tornava não somente uma questão de escolha, mas sim de necessidade. Tanto para suas subsistências, quanto para que não ficassem sem nada, e ainda ver o que tinham sendo destruído (MATTOS, et al, 2009, p. 64).

Até então as pressões maiores acabavam sendo aos moradores da região litorânea, para tornar possível a construção do condomínio. Contudo, quando os ataques se potencializam “na parte de cima” – que corresponde a área do sertão – as respostas a esses ataques demonstraram que os membros da comunidade já estavam mais articulados politicamente, fazendo uso de diversas linguagens de luta em defesa do território, incluindo agora a institucionalidade das leis. Essa apropriação dos meios legais representava a partir de então que a comunidade fazia o uso das mesmas armas utilizadas por aqueles que ameaçavam a integridade territorial de Santa Rita.

Observamos também que os embates locais por nós analisados conectam a outros enfrentamentos, regionais e mesmo nacionais. Ou seja, os eventos não acontecem de forma isolada. Na década de 1970, a violência do Estado de Segurança Nacional se generalizava. Vários setores progressistas eram fortemente atingidos, e mesmo a Igreja, igualmente acuada, surge enquanto espaço de refúgio para os inconformistas do regime militar. Além da repressão, aumentava a pobreza dos setores mais populares. Dentre aqueles que se encontravam no campo, para muitos a migração para os grandes centros se fez solução. Nesse ambiente, a Igreja rompe com os militares “ao mesmo tempo contribuiu para consolidar a abertura político-pastoral que permitiu a consolidação da ‘Igreja popular’, cuja maior expressão eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).” (SILVA, 2003, p. 62-63).

É nesse contexto que em junho de 1975, em Goiânia, ocorre um encontro de bispos e prelados da Amazônia durante o qual, dentre os encaminhamentos, há aprovação de um documento que assegurava apoio à criação de uma “Comissão de Terras” (CASTELANO, 2018, p. 83). Assim, surgia a Comissão Pastoral da Terra (CPT) idealizada por Bispos da Igreja Católica, de vertente progressista. A CPT, que foi importante articuladora nas mais diversas causas das trabalhadoras e trabalhadores do campo – tanto na defesa de seus territórios, quanto no acesso desses à terra –, é criada para servir “à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do

campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história.”¹²

Rubem Cesar Fernandes (1994, p. 34-35) disserta que “O movimento sindical, que no passado constituía a coluna vertebral das mobilizações populares, foi violentamente reprimido.” Para tanto, “é à Igreja Católica, contudo, e mais particularmente à Teologia da Libertação, que devemos o ímpeto maior do movimento.”. A formação advinda da instrução eclesial, como no curso que Manoel Moraes participou, como já foi dito anteriormente, se mostrou eficiente. Tanto que em 1978, com o apoio da Pastoral da Terra intermediado por Frei Jorge procuraram a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG). Essa incursão resulta na abertura de processo contra a empresa Bracuhy Administração Empreendimentos e Participação Ltda, bem como contra a empresa SONIAL para reaver a demarcação das terras.

O que se assiste é a expulsão dos moradores de suas casas, inclusive com o aval do poder público, e prossegue a instalação da Bracuhy. À exceção de dona Joana Azevedo e sua família, os restantes dos moradores não resistiram às contínuas intimidações e desfavores jurídicos, e aqueles que permaneceram na região migraram e foram acolhidos junto a cerca de 50 famílias que habitavam o chamado sertão, a parte de cima da fazenda.

Retomando a propaganda de seu empreendimento anunciado no Jornal do Comércio em janeiro de 1977, a Bracuhy assim descreve a região:

A região é cortada pelo rio Bracuí, cuja foz se apresenta sob a forma de delta em mangues, com saídas múltiplas, estando também localizado próximo do projeto a Cachoeira de Bracuí, reconhecida como uma das mais altas do continente americano (desnível aproximado de 1.020 m). Pela parte oeste encontra-se o Parque Nacional de Bocaina, reserva ecológica e florestal de grande porte, e pelo leste, há encostas abruptas que formam um bonito vale.¹³

A empresa parecia já conhecer muito bem a respeito do território que avançava, ao passo que suas pretensões não se restringiam meramente à região litorânea. Dentre tantas nebulosas contradições, como conseguir legalizar sua incursão sobre terras coletivas, a Bracuhy fazia propaganda de uma diversidade ambiental que a mesma vai também surrupiar.

Precisando de pedras na construção de seu empreendimento, a companhia decide por retirá-las do rio Bracuí. Na tentativa de impedir que os operários usando maquinário pesado

¹² Disponível em:< <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em 13 jul. 2020.

¹³ Ver a nota 11, página 22.

acessassem a parte de cima da fazenda para a retirada de grandes quantidades de areias e seixos, os moradores de Santa Rita, que já instrumentalizavam suas lutas em via jurídica, não desfazem da insurgência ancestral grafada em seus corpos. Sendo assim, construíram portões e fizeram cordões humanos em volta do rio, isso na tentativa de impedir que os caminhões da construtora adentrassem para retirar os materiais para serem utilizados na obra, e assim degradar o meio ambiente (MATTOS et al, 2009, p. 69).

Percebe-se que, a partir deste momento, os moradores da Fazenda Bracuí, mais do que meramente fazer “justiça com as próprias mãos”, ampliam suas linguagens em defesa do território e cada vez mais fazem uso de mecanismos jurídicos e legais para defender a sua terra. Agora conhecem e fazem uso dos caminhos da institucionalidade que deviam recorrer, oportunizando outras respostas.

Também já é sabido que nem todos cederam às mais ferozes pressões sobre suas terras, aqui trouxemos alguns exemplos, como dona Joana na área litorânea e Sr. José Adriano “na parte de cima” – área do sertão, dentre outros. Sr. José Adriano, hoje Griô mais velho da comunidade, com 98 anos, nos conta com muito orgulho que não vendeu “nenhum palmo de terra”. Ele diz que, mesmo com a “fome e dificuldades”, não se rendeu à Bracuchy. Ele também concebe a leitura e a escrita enquanto potencializadoras da luta pela terra. Tendo realizado importantes ações na defesa de sua comunidade, esse quase centenário membro da comunidade avalia que, se soubesse ler, teria defendido melhor a comunidade, “batendo de igual para igual”. Como vemos no fragmento a seguir: “Falo pros meus filhos que, se eu soubesse ler, ou tinha morrido, ou tinha conseguido defender nós tudo! Mas digo pra eles que não adianta só saber ler, tem que entender o significado pra poder bater de igual pra igual!” (MATTOS et al, 2009, p. 73-74).

Vale ressaltar que, mesmo o Sr. José Adriano tendo dito que “teria defendido a comunidade” caso soubesse ler, denota a compreensão aqui já constatada de amplitude dos horizontes de luta e reivindicação do que lhes é de direito. O entendimento da linguagem utilizada pelo algoz haveria de criar melhores instrumentos de enfrentamento diante das ferramentas que os grileiros e posseiros – que sempre tentaram desapropriar os moradores de Santa Rita de maneira indevida – utilizavam através de documentos escritos e/ou assinados de maneira forjada.

Ampliar as respostas às pressões sofridas contra o seu território foi fundamental pela continuidade do mesmo, pois os conflitos tiveram dimensões locais, mas também estavam ligados em uma escala maior. Nesse sentido, a turistificação de Angra dos Reis nos serve como

exemplo, pois ela combinou medidas autoritárias e falta de institucionalização prévia, como dissertou Daniel Telles.

Conflitos se sucederam e a repercussão desse conjunto de episódios se proliferou pela sociedade local e movimentos ambientalistas. A década de 1970, assim, pode ser considerada época de estratégia de um planejamento de territorialidades fragmentadas turístico-imobiliárias no benefício de poucos, ou seja, de fins destituídos de princípios de diminuição da pobreza. O governo militar esteve comandando as práticas normativas oficiais neste processo e viabilizando, através da rodovia Rio-Santos e sob a alegação do desenvolvimento turístico, a ação de futuros agente ligados ao governo militar. Um contexto histórico bastante polêmico na história de implantação do turismo em Angra dos Reis (TELLES, 2012, p. 193).¹⁴

A defesa da terra sempre foi um elemento comum aos membros da comunidade de Santa Rita, seja de forma individual e/ou coletiva diante dos mais variados ataques. Quando da tomada das terras de alguns membros em ações da Bracuhy na região litorânea, os moradores que residiam na parte de cima, no chamado sertão, receberam estes que não resistiram às pressões da empresa. Após essa experiência de perda de parte do território, juntos se organizaram e articularam, para continuar defendendo o território em uma dimensão mais coletiva.

Quando analisamos o histórico de luta e resistência da comunidade de Santa Rita do Bracuí, faz-se notar que, a cada vez que o uso das “ferramentas institucionais” entrou em cena para a defesa do território, a comunidade foi incluindo outras pautas e a juventude também passa assumir um lugar de protagonismo na luta. Para este momento é oportuno mencionar a importância do olhar e das apreensões de Leandro da Silva Ramos. Nascido na década de 1980, desde pequeno tomou conhecimento acerca das histórias dos tempos da escravidão vivenciados por seus antepassados, de luta e resistência em defesa do território, vividos por seus mais velhos. Histórias essas contadas através do que seu avô, Sr. José Adriano, sua bisavó Maria Romão, Dona Joana e outros que as vivenciaram. Desde cedo, já ficava atento pensando em caminhos que poderia utilizar para contribuir com a sua comunidade (MATTOS et al, 2009, p. 76).

Segundo Mattos, o contato do jovem Leandro com o processo de revitalização do jongo, promovido pelo Movimento Negro Yla Dudu no ano de 1995, foi de grande significância, já que foi quando ele teve dimensão que outras comunidades dançavam também o jongo, instituíam-se enquanto comunidade e se organizavam como tal, como eles em Santa Rita do

¹⁴ Personagem já conhecido nessa escrita, Honório Lima é lembrado também por Telles ao complementar o seu texto, trazendo em nota de rodapé, que assim diz “O então procurador da fazenda Honório Lima é citado como personagem emblemático na origem dessas expropriações. Leva os camponeses a assinarem declarações e, após o pagamento de impostos da fazenda, seu órgão de origem, torna-se proprietário legal” (TELLES, 2012, p. 103).

Bracuí. Podemos ver isso através do seu relato no fragmento a seguir: “A gente ficou espantado de ver tanta gente dançando jongo! Tanta gente falando igual a gente, pensando igual a gente e com histórias parecidas com a nossa história! Nossa, aquilo foi muito importante porque o sentido do jongo mudou na gente!” (MATTOS et al, 2009, p. 77).

Em 1999, o jovem se viu impressionado com as semelhanças nas relações ancestrais, entre a sua Comunidade Santa Rita do Bracuí e outras comunidades, especialmente com o “vizinho” – Quilombo Campinho da Independência, localizada em Paraty. Na época, Leandro toma ciência que essa comunidade acabara de conseguir o direito a titulação da terra (título expedido em 19/03/1999, pela Secretaria de Habitação e assunto Fundiários – SHAF.)¹⁵. Leandro então decidiu ir até o Campinho junto com outros jovens, a fim de se apropriar de que forma se deu o processo que levou a comunidade a conquistar a titulação de suas terras. Foi nesse o momento que ele passa a compreender o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e ter o entendimento institucional do que significaria ser quilombola.

Vale ressaltar que naquele período o Brasil já tinha passado pelo processo de redemocratização após superação do regime militar, consolidada com a Constituição Federal de 1988, chamada de constituição cidadã. Em sua composição havia o artigo 68, que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988). Isso representava uma conquista para as comunidades negras, especificamente as rurais. Essa conquista não foi dada de forma gratuita pelo Estado, mas foi alcançada através da luta dos movimentos negros no meio urbano, atuando de forma mais articulada desde a década de 1970, e dos movimentos negros no meio rural, que resistiram em seus territórios desde seus antepassados, que foram escravizados (PEREIRA, 2010, p. 224).

Tomar conhecimento do Artigo 68 acabou se tornando mais um elemento para a até então comunidade negra rural Santa Rita do Bracuí agregar a sua luta pela titulação do seu território. Até os anos 1980, em termos de institucionalidade o conceito de quilombo ainda estava associado “aos escravizados fugidos, ou ao lugar de fuga dos escravizados”, conceito esse herdado pelo colonialismo. Entretanto, intelectuais dos movimentos negros que se propuseram a pesquisar e escrever sobre quilombos nos apresentam outras concepções do que eles seriam. A historiadora Beatriz Nascimento nos apresenta os quilombos como: “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos ou favelas”. Esse é o título de

¹⁵ Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-CERTIFICADAS-12-05-2020.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2020.

seu projeto, em que ela visava nos apresentar os quilombos como continuidade das formas as quais os africanos – de distintas etnias e regiões, trazidos do seu continente para serem escravizados na América portuguesa (Brasil) – mesmo no pós-abolição ainda se organizavam politicamente, igual aos seus antepassados (RATTS, 2007, p. 57, 109).

Mediante essas formas de definir os quilombos, também se constata que, através da intervenção dos movimentos sociais como o movimento negro, o termo quilombo é introduzido na nova constituição de 1988 associado ao grupo de pessoas que buscam os laços com seus antepassados que foram escravizados, autodeclarando-se e assumindo a identidade quilombola e, acresce, que estejam ocupando suas terras e se organizando coletivamente de maneira política para garantir o direito à demarcação e titulação do território em questão. Estudioso do tema, José Arruti nos instrui sobre o posicionar identitário destas comunidades:

diz respeito aos grupos que estejam organizando-se politicamente para garanti-las. Assim, o que está em jogo prioritariamente não é a identificação de uma ligação, de uma continuidade concreta, material e direta com grupos históricos de escravos fugidos que foram registrados e documentados no passado, mas as comunidades que hoje se organizam para reivindicar esse laço, quase todas acudadas por conflitos fundiários com grileiros das terras que ocupam (ARRUTI, 2002, p. 246).

Negociações e conflitos foram vivenciados continuamente pelos moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Mesmo antes de tomar conhecimento de todos esses caminhos institucionais, necessários a uma comunidade que se autodeclara enquanto comunidade quilombola, a experiência da comunidade de Santa Rita é marcada por suas relações com o trabalho com a terra, suas redes de afeto, defesa e luta pelo território (ALMEIDA, 2018, p. 33). Essas ações se deram a partir de uma consciência coletiva, constituída através dos laços com os seus antepassados, homens e mulheres que vivenciaram o passado de escravidão e resistiram forjando identidades naquele território.

Essas são narrativas que contam a respeito de uma experiência contínua, advinda dos mais velhos que atinavam a narrar os contos e “causos” vivenciados pelos seus, fazendo a manutenção de toda herança cultural deixada por eles, mostrando que seus modos de vida interferiam em suas formas de viver e lutar. Podemos ver isso nas falas de Dona Joana que era a “parteira da fazenda”, quando marca com muito afinco “o jongo, o calango e o caetê, e as festas de Santa Rita e São José” além de evidenciar com muito orgulho seu trabalho na roça, afirmando que: “o meu livro foi a terra, e minha caneta a enxada” (MATTOS et al, 2002, p.

63). Sr. Manoel Moraes nos conta a respeito “do seu avô que era ‘preto forro’ e sua avó que havia sido “comprada como escrava”. Conta ainda que participava da roda de jongo e via a presença e a participação das crianças e jovens como importantes para a perpetuação do jongo (MATTOS et al, 2002, p. 65). O Sr. José Adriano, “sempre rodeado de filhos, netos e bisnetos, que como o ‘patriarca’, rezam na cartilha do jongo e se engajaram nas causas políticas da ARQUISABRA.”¹⁶ (MATTOS et al, 2002, p. 72). Para nós fica evidente como esses mais velhos não se orgulhavam da escravidão vivenciada por seus antepassados, mas como percebem seus hábitos e costumes como uma herança deixada por eles, fazendo parte desse processo histórico como personagens principais, atuantes e mantenedores de sua cultura.

Os processos educativos visualizados nas rodas de jongo seguiam nas histórias em volta da fogueira – como na narrativa acerca do personagem “Negro Cirilo”, que por não saber ler levou o bilhete para os responsáveis que realizariam a sua própria execução. Cirilo foi salvo por outros escravizados que souberam do conteúdo do bilhete e lhe deram indicativos de que ele seria morto, possibilitando sua fuga (MATTOS et al, 2009, p. 74). Essas memórias são avivadas dentre a percepção das heranças culturais deixadas, conscientes da luta, resistência e cooperação dos antepassados de quem ainda os fazem lembrança. Essas instruções das memórias-ensinamentos foi o que fizeram com que os jovens, munidos de processos conscientes, assumissem junto aos mais velhos o protagonismo da luta por defesa do território.

Assim como a inclusão do Art. 68 foi fruto de luta dos movimentos negros, a busca pela efetivação do que consta no artigo também teve como protagonistas os movimentos negros. Não só bastava constar na Constituição Federal a garantia do direito a titulação das terras às comunidades remanescentes de quilombo, como ainda hoje se apresenta urgente à reivindicação de políticas públicas para garantir esse direito às comunidades negras que resguardam seus territórios. Essas demandas nos conduzem ao 20 de novembro 1995, quando, como parte da pauta das festividades da memória dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, aconteceu em Brasília a Marcha Zumbi. A partir dessa mobilização foi gerado um documento com reivindicações para efetivação de políticas públicas para a população negra – dentre elas o direito à titulação das terras em usufruto das comunidades quilombolas. Podemos ver no item VIII do referido documento, assim mencionado:

VIII – TERRA. Apesar de ter garantido o seu reconhecimento na Constituição, através do Art.68 das Disposições Transitórias, até hoje nenhuma comunidade negra rural quilombola recebeu o título definitivo de propriedades de suas

¹⁶ Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí. – ARQUISABRA.

terras, onde vivem séculos. Portanto, impõe-se a emissão de títulos de propriedades das terras dessas comunidades. (Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela igualdade e a Vida, 1995, p. 19).¹⁷

Ao final da Marcha, diversos representantes de organizações dos movimentos negros de várias partes do Brasil se encontraram com o Fernando Henrique (presidente do país na época) e entregaram o documento, que constava de um conjunto de reivindicações para a efetivação de políticas públicas para a população negra, bem como as denúncias de uma série de discriminações e violências vivenciadas por estes segmentos, que defrontavam com essas práticas sendo instrumentalizadas pelo próprio Estado. Como nos afirma Matilde Ribeiro, ex-ministra da Igualdade Racial, em sua tese de doutorado:

Com esses propósitos a Marcha Zumbi dos Palmares contou com cerca de 20 mil pessoas de todo país e apresentou à sociedade e ao governo o Programa que contém diagnóstico que identifica a exclusão, o genocídio e a descaracterização da população negra, destituída da sua cidadania; elabora uma crítica sistemática à institucionalização do racismo e ressalta a necessidade de coibi-lo e superá-lo; e apresenta também um rol de reivindicações e indicações para o desenvolvimento de políticas públicas (terra, educação, condições de vida e saúde, trabalho, segurança/violência policial, cultura e comunicação, democratização da informação, religião) (RIBEIRO, 2013, p. 141).

Na busca por conhecer esses outros caminhos institucionais, por vias legais que vinham surgindo a nível nacional, o jovem Leandro Ramos do Quilombo Santa Rita do Bracuí passa a participar de reuniões no Rio de Janeiro, a fim de se munir de mais instrumentos na luta pela titulação da sua comunidade. Essa iniciativa o leva a descobrir que o primeiro passo é a construção da associação quilombola em Santa Rita. Esse passa a ser o novo desafio para a comunidade, visto que precisavam autoafirmar a sua identidade enquanto comunidade quilombola (MATTOS et al, 2009, p. 77).

Após diálogos e negociações entre os mais jovens e os mais velhos, nasce em 2005 a Associação Remanescente de Quilombo Santa Rita do Bracuí – ARQUISABRA. A constituição da associação reafirmando a organização e mobilização da comunidade, neste novo cenário, significou uma outra forma de se organizar e projetar perspectivas futuras, para o bem coletivo. Enquanto antes a pauta de luta girava em torno da defesa do território, agora, além da

¹⁷ Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia>>. Acesso em 21 jun. 2020.

reivindicação pela demarcação e titulação de suas terras, a comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí passa a exigir todos os seus direitos a serem reparados historicamente. Visando melhorias para a comunidade, ARQUISABRA surge buscando desenvolver projetos em diversas áreas, pré-estabelecendo objetivos a partir delas, como podemos ver a seguir:

As funções temáticas estão vinculadas aos principais projetos que a associação vem desenvolvendo nas áreas de políticas públicas, educação, saúde, eventos culturais, esporte, meio ambiente e agricultura. Dentre os principais objetivos destacados por seus representantes identificamos: a regularização fundiária do Quilombo como prioritária; cursos de formação e capacitação profissional para os remanescentes quilombolas; a criação de um curso pré-vestibular para os jovens remanescentes da comunidade; preservação das tradições religiosas e culturais dos habitantes de Santa Rita; a solicitação de programas de saúde que tragam benefícios para comunidade desatendida; o incentivo ao sentimento de pertencimento ao povo quilombola, aumentando a consciência negra e enfrentando as resistências e preconceitos que existem dentro e fora do povo quilombola (MATTOS et al, 2009, p. 79).

Em perspectiva histórica, nota-se que a luta pelo uso e defesa dos territórios quilombolas são ações que não se produzem de forma isolada, restrita apenas a um sujeito, a um grupo, ou até mesmo a uma só comunidade. Imersos na observação das disputas em torno dos conflitos de terra e território, a experiência de comunidades como a de Santa Rita nos instrui que é oportuno que os atores das coletividades envolvidas não atuem de forma solitária, mas sim com articulação, mesmo com sujeitos que não compartilham o mesmo território ou militam diretamente pela mesma pauta. Percebemos isso a partir da década de 1970, quando ocorre a articulação com outros grupos e organizações não governamentais, através da Pastoral da Terra, como com a FETAG-RJ e CONAQ. Depois, na década de 1990, deu-se o protagonismo da juventude do Bracuí com a comunidade quilombola do Campinho, a fim de conhecer os processos para a titulação de terras. Para tanto, essas parcerias não acabam por aqui, mas sim são partes de projetos ainda maiores propostos pela ARQUISSABRA e que haverão de ser apresentados no decorrer desta escrita.

CAPÍTULO 2 – LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE: CADA QUAL AO SEU TEMPO

Resisto pelos manos, resisto pelas minas, por todos ancestrais que me guardam lá em cima. Resisto pelos manos, que fecham no quadrado, oprimidos nas margens e crescendo revoltados.

Resisto pelas minas, as pretas empoderadas, que mesmo nos olhares sempre foram abusadas. E eu resisto, lá em cima eu tô sendo visto, não tô só por mim, mas por todos que se foram(...) Resistir, já está no meu sangue, mas aqui é resistência através da rima quebrando as indiferenças. É por isso que resisto com potência, é por isso que eu resisto, eu sou resistência!
(Resistência, Banca Império)¹⁸

Neste capítulo, disponho-me a descrever a influência das trocas geracionais na comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí – e como estes instrutivos canais dialógicos dentro da comunidade fortificam a identidade do grupo, vigorando ainda mais suas estratégias coletivas de resistência.

Resistentes é algo que os moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí sempre se fizeram. Lutaram e ainda lutam em defesa do território, a cada momento se fez necessário o aprimorar das estratégias, bem como o uso das mais distintas ferramentas que tinham disponíveis. Desde “pedaços de pau, pedra ou faca” nas mãos, como utilizados nos conflitos iniciais aqui já narrados; passando pelo ato de Dona Joana de não “sair de dentro de casa”, resistindo a expulsão imposta pelos representantes da construtora; as articulações do Sr. Manoel Moraes com a Pastoral da Terra, somado às movimentações de processos jurídicos mobilizados pelo sindicato rural; a recusa na venda de suas terras, como bem se posicionou Sr. José Adriano; a articulação dos jovens com o Quilombo do Campinho e com organizações que apresentaram os caminhos da institucionalidade na defesa do território. Todas essas foram e são formas de resistência, elas só existiram e se deram pelo fato de terem ocorrido de forma coletiva. Em alguns momentos essa coletividade se deu apenas entre os membros da comunidade, em outros contou com o apoio de grupos e/ou sujeitos que compõem outros coletivos e outras lutas.

Cada geração ou momento circunstancial foi adicionando outras linguagens e elementos como mais uma “arma” na luta quilombola em defesa do território. Stuart Hall (2016, p. 18) nos instrui que a “linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e

¹⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wiuLwsW8QZs>>. Acesso em 31 mar. 2020.

sentimentos são representados numa cultura”. Essas dinâmicas contidas na interação de experiências intergeracionais podem ser observadas nas famílias da comunidade. O jovem quilombola Patrício da Silva Santos – que é neto de Sr. José Adriano e filho de Luciana Adriano –, junto aos rappers Flávio Martins Araújo e Lucas Cândido, forma a Banca Império. Os dois últimos não moram no quilombo: um é residente da Itinga e o outro do Frade, ambos moradores de comunidade em Angra dos Reis. Juntos os jovens compuseram o rap *Resistência*, que versa sobre os processos de obstinação contidos em suas vidas. A letra acompanhada de uma forte batida, característica deste gênero, ainda nos mostra como as realidades de uma comunidade negra rural podem dialogar com as vivências daqueles que habitam nas favelas.

Elencando um trecho da referida canção, mencionada desde a epígrafe, observa-se a atenção da juventude negra com as adversidades circunscritas a contextos rurais e urbanos, instrução também da violência que interpela essas realidades: “É muito fácil apoiar essa guerra quando você não mora no campo. Uma bala perdida, mais um inocente, almas em pranto. Enquanto vocês comemoram, dentro da favela tem muitas mães chorando”. Mesmo que as pautas não sejam idênticas, há proximidade entre as formas com as quais esses sujeitos tocam suas vidas por sobrevivência – em resistência, tendo que administrar as tensões raciais que ambos vivenciam em suas realidades e que resguardam reminiscências da escravidão (ALENCASTRO, 2010).¹⁹

Dessa maneira, a música cantada, rimada por esses jovens, denuncia o racismo, as desigualdades sociais e raciais vividas pelos moradores da favela e do campo, além de autoafirmar suas identidades enquanto jovens negros. Como nos fala Osmundo Pinho: “É preciso considerar, assim, também o papel preponderante que a música negra em suas diversas formas tem exercido na constituição de discursividades e identidades afrodescendentes da Diáspora.” (PINHO, 2001, p. 75). Jovens negros que percebem o lugar que ocupam no mundo e vêem suas letras como ferramenta de denúncia e protesto contra o sistema que exclui a juventude negra, tentando colocá-los fora dos espaços de mobilidade social – como eles cantam em outro fragmento: “Eu ouvi vários falarem no início: ‘tu é preto e pobre, então vai pra área de serviço.’ Eu calei a boca dos filhos da p... tudo, e agora eu faço *rap* com conteúdo.”

Essa letra chegou enquanto escrevia este trabalho, no qual dissertava sobre os processos de resistência e as articulações entre o Movimento Negro de Angra dos Reis – YlaDudu, o Quilombo do Campinho e a comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí. Foi inevitável

¹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2010. Texto disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

associar o ativismo dos integrantes da Banca Império, expresso no projeto musical do grupo, como extensão de um processo de “significados compartilhado” de resistência (HALL, 2003, p. 135). Torna-se evidente como essa articulação campo e cidade, favela e quilombo, dialogam.

Esses territórios são marginalizados e criminalizados, esquecidos pelo poder público quando se trata de destinação de políticas públicas positivas em benefício de dadas populações – por outra via esses sujeitos interagem nesses espaços como atores principais que são, protagonizando suas próprias existências e resistências. Quiçá essas conexões se assimilem as que a historiadora Beatriz Nascimento, no século XX, observou em sua pesquisa intitulada: “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros” (RATTS, 2007, p. 109). Preocupada com a história dos espaços onde a população negra havia se constituído, bem com as redes que os permeavam, ela buscava as referências desde o “termo quilombo, às favelas, aos ‘bailes black’ e às comunidades negras rurais contemporâneas que estavam sendo identificadas naquele período” (RATTS, 2007, p. 54).

Como mais uma forma de resistir e lutar por seu território, a comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, cria/constrói em 2005 a Associação de Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí – ARQUISABRA. Dentre os seis principais projetos da Associação,²⁰ três deles giram em torno de processos educativos e formativos para a comunidade – e não se distanciam do objetivo primeiro que é a regulamentação fundiária do quilombo. As dificuldades no acesso à educação escolar, como parte importante na instrução da juventude destas comunidades, sempre foram apontadas como um impeditivo ao acesso às defesas institucionais destes territórios. Instruir-se para compreender uma dada jurisdição que já havia sido utilizada por aqueles que pretensamente avançavam contra este coletivo território é algo caro para uma comunidade que sofreu ataques vestidos de instrução legal.²¹ Givânia Maria da Silva, pesquisadora quilombola da Comunidade Conceição das Crioulas, em sua dissertação de mestrado, nos afirma que: “Os quilombolas enfrentavam problemas que iam desde a ausência de conhecimento prático de seus direitos, ‘direitos novos’ originados formalmente na CF/1988, às formas [de] acessá-los.” (SILVA, 2012, p. 45).

Ainda sobre os projetos da ARQUISABRA, dentro do objetivo que visava à capacitação profissional, envolvia-se a inclusão digital; a construção do mapa falado; o preparo para o trabalho em volta do Eco-Turismo local; curso de produção de artesanato com matéria prima local; o cultivos agroflorestais; a inserção dos jovens nas universidades, sendo necessário a

²⁰ Ver capítulo I. pág. 35

²¹ Como mencionamos no capítulo I. pág.28

criação do curso pré-vestibular; a preservação das tradições religiosas e culturais dos habitantes, dentre elas, ressaltamos o jongo como uma ferramenta formativa, contribuindo com a visibilidade e comunicação da comunidade, se tornando “um instrumento essencial para as reivindicações políticas” (MATTOS et al, 2009, p. 79 - 81).

Esse momento é marcado pela atuação da juventude que se faz cada vez mais presente, e junto com ela outras ferramentas e outras parcerias são mais uma vez agregadas à luta e à defesa pelo território. Essas parcerias se fizeram notáveis na efetivação dos projetos da ARQUISABRA, que teve o apoio do Fórum de Entidades Populares, do Centro de Ação Comunitária (CEDAC), da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE), do Ylá-Dudu, da Fundação Cultural Palmares (FCP), da Secretaria de Estado de Cultura, do Ministério da Cultura (MINC) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Aqui fica marcada também uma ressignificação no pertencimento identitário da comunidade, visto que enquanto os mais velhos lutavam como Comunidade Negra Rural, os mais jovens a partir do início dos anos 2000 passam a lutar enquanto Comunidade Quilombola. A juventude do Bracuí encampou assim uma consciência ampliada das ferramentas de luta, advinda do que se passou na história da comunidade, carregando em si mesmos as experiências dos mais velhos. Sabendo o que os constituía, esses mais jovens seguiram zelosos, tecendo suas relações com a terra, bem como a inclusão do conhecimento acerca dos caminhos institucionais para a consolidação de seus direitos. Esses diálogos entre gerações do quilombo propiciaram a consciência de que a educação era uma ferramenta importantíssima para continuarem resistindo em luta pela defesa do território de maneira coletiva. Assertiva também enunciada por Givânia Silvia ao afirmar que: “os quilombos guardam consigo, características próprias, que se relacionam com a sua condição de ser, sua relação e pertencimento ao território, bem como suas formas e usos da terra/espço, suas relações de parentesco, seus significados, sua organização etc.” (SILVA, 2012, p. 42).

Enquanto a comunidade se organizava com a Construção da Associação, na conjuntura nacional, Luiz Inácio Lula da Silva havia sido eleito nas eleições presidenciais no Brasil no ano de 2002. Desde seu discurso inicial, Lula já mencionava reconhecer as discriminações raciais contra as populações negras e indígenas (RIBEIRO, 2013 p. 180). Porém, mesmo um governo que tenha reconhecido as nossas latentes desigualdades e discriminações raciais não tirou o ímpeto dos movimentos negros e das organizações de mulheres negras de continuar em luta, reivindicando políticas públicas para as populações negras.

Através das mobilizações desses movimentos, em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR. Em 2010, a então secretaria ganhou o status de ministério, e “tinha a missão de formular, articular e coordenar políticas para a superação do racismo e a promoção da igualdade racial.” (RIBEIRO, 2013, p. 183). Ainda em 2003, foi criado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, o Conselho Nacional de Igualdade Racial – CONIR, e o decreto nº 4.887 sobre Regularização das Comunidades Quilombolas (RIBEIRO, 2013, p. 183).

Nesse cenário, a SEPPIR, junto com os movimentos negros, vinha construindo a consolidação das propostas das políticas públicas para a população negra. Para as comunidades quilombolas, estava sendo constituído o Programa Brasil Quilombola (PBQ) em 2003, que segundo Matilde Ribeiro previa “ações e recursos compartilhados entre vários órgãos do governo federal com articulação com os estados e municípios, visando intensificar a regularização fundiária; infraestrutura e serviços; desenvolvimento econômico e social; e, controle e participação social” (RIBEIRO, 2013, p. 212).

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi implantado pela primeira vez em 2004, na comunidade Kalunga, em Teresina/GO. Sendo esse “o primeiro programa que formulou políticas públicas para as comunidades quilombolas desde o reconhecimento pelo Estado brasileiro às comunidades quilombolas como sujeito de direitos na Constituição de 1988” (SILVA, 2012, p. 48). Segundo Givânia Silva, mesmo diante a discussões referente aos direitos das populações negras que se vinha fazendo tanto no âmbito nacional quanto internacional, as políticas públicas pensando as comunidades quilombolas se deram dentre do contexto de implantação do Programa (SILVA, 2012, p. 49).

Vale ressaltarmos aqui que neste momento cresciam as ações políticas protagonizadas pelos movimentos quilombolas, bem como o estreito diálogo com outros movimentos sociais, a se incluir também os contatos com setores do governo. (RIBEIRO, 2013, p. 212). A partir de então essas articulações se fortaleceram em coletividade na busca por construção e efetivação de políticas públicas para as comunidades quilombolas, e o Programa Brasil Quilombola foi um dos produtos gerados por essa articulação coletiva.

Na busca por melhoria na vida das comunidades remanescentes de quilombo, combater à discriminação racial e equiparar desigualdades sociais, advindas de um passado histórico vivenciado por antepassados destas comunidades, o Programa Brasil Quilombola:

estabelece uma metodologia que possibilita o desenvolvimento sustentável quilombola em consonância com as especificidades históricas e

contemporâneas, garantido os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infra-estrutura e previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população brasileira (BRASIL, 2004, p. 7).

Mesmo que não tenha conseguido atingir a todas as comunidades quilombolas reconhecidas até o presente momento, a criação deste programa significou um marco na luta dos movimentos quilombolas, visto que essa foi a primeira política pública direcionada para as comunidades quilombolas que visava institucionalizar as pautas propostas por essas comunidades, de acordo com as suas necessidades coletivas.

Visando a garantia desses direitos, como já mencionamos, é que a comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí fundou a sua associação – ARQUISABRA no ano de 2005. Agora a comunidade já autodeclarada quilombola e com sua associação estruturada, o Quilombo Santa Rita do Bracuí, recebe a certificação da Fundação Cultural Palmares em 22/12/2011.²² Essa parte do processo é de suma importância para o acesso de políticas públicas propostos pelo Estado, como nos afirma Mattos et al:

A auto-designação ou atribuição como quilombola e a referência ao território como quilombo, presentes no cotidiano dos moradores de Bracuí de maneira geral, estão diretamente relacionadas ao processo de formalização de identidades sociais como sujeito de direito reconhecidos pelo Estado. No contexto das políticas de ação afirmativa, reparação e reconhecimento elaboradas pelo estado brasileiro, identidades são reconhecidas de forma afirmativa e, a partir delas, podem ser acessados recursos, bens e serviços (MATTOS et al, 2009, p. 83).

2.1 - Responsabilidades formativas em diálogos comunitários de aprendizagem

O acesso e permanência na educação escolar sempre foi um implicador para as comunidades tradicionais. Algumas dessas comunidades estão situadas em áreas de difícil acesso e, mesmo quando conseguem acessar, a educação ofertada a esses jovens, crianças e adultos não condiz com as realidades desses sujeitos. Um agravado é a não disposição de um calendário diferenciado, pois, muitos acabam deixando a escola para auxiliar a família na produção de renda etc. O que aconteceu com o quilombo Santa Rita do Bracuí não foi e ainda

²² Notícia vinculada ao site da Prefeitura de Angra dos Reis destaca que Quilombo do Bracuí é certificado pela FCP. Disponível em: <https://www.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=25241&IndexSigla=imp>. Acesso em 20 mai. 2020.

não é diferente da realidade de outras tantas comunidades no que se refere à adaptação curricular em consonância as suas especificidades culturais.

As crianças e jovens da comunidade sempre enfrentaram dificuldades para acessar a educação escolar, desde a educação básica até o ingresso na universidade. Com as novas articulações e organizações que institucionalizaram significativas pautas de interesse da comunidade quilombola de Santa Rita, fica notável como a luta pelo território passa a ser cada vez mais associado à luta por uma educação escolar – e que essa educação seja também quilombola. Em pesquisa sobre a comunidade quilombola Campinho da Independência, situado no município de Paraty e que resguarda importantes comunicações com o Quilombo do Bracuí, assim afirmam Ediléia Carvalho e Diogo Marçal Cirqueira:

as lideranças quilombolas lutam pela escola, pois sabem que a detenção e a manutenção do território dependem da reprodução e difusão de representações que estejam em consonância com as particularidades culturais, modo de vida, usos do solo, relação com a natureza etc. da própria comunidade (CARVALHO & CIRQUEIRA, 2019, p. 87).

A consciência das lideranças da comunidade Santa Rita na interação da educação escolar enquanto estratégia de defesa do território pode ser identificada através da vinculação de vários recursos. Afinal, falamos de uma comunidade que muito contribui para com o ensino e a pesquisa no âmbito acadêmico, muitos desses projetos quando publicados trazem de certa maneira a perspectiva dos membros do quilombo.²³ Imersa nesta pesquisa, ao me deparar com materiais que retratassem as dinâmicas do território do quilombo Santa Rita do Bracuí, também identifiquei um número significativo de produções audiovisuais – a todo o tempo apareceriam na narrativa de pessoas da comunidade a importância e também as dificuldades do acesso à educação das crianças e jovens. Além das dificuldades aqui elencadas, como as que preservam a experiência cultural quilombola, nos moldes de educação formal ofertados até então, inclui-se também o fato do quilombo estar longe do centro, localizado na área rural da cidade de Angra dos Reis.

Manifestada nos discursos, a relevância do acesso à educação escolar está associada ao processo de luta pelo território. Para a experiência em um território tradicional, educação e

²³ Um bom exemplo de parceria importante e consolidada foi o projeto Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil é uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes (LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e NUMEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). sob coordenação geral de Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg, 2014. Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso em 20 mar. 2019.

defesa territorial são forças interdependentes. A escola em sua função social se faz mais um elemento no reforço identitário da comunidade e do seu território, pois onde há quilombo também deve haver o direito da comunidade em ter uma escola quilombola. Um importante material por nós acessado, concebido com o objetivo de retratar a realidade da juventude do quilombo, foi a/o pesquisa-filme: *Bracuí: Velhas lutas, jovens histórias*,²⁴ produzido pelo Observatório Jovem do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação/UFF, no ano de 2007, porém publicado em 2009.²⁵

Logo nos primeiros minutos de exibição do documentário, Marilda de Souza Francisco, ao ser entrevistada sobre a questão educacional dos jovens, ressalta as dificuldades de um jovem quilombola estudar desde a infância, ponderando que: “Os jovens sempre tiveram dificuldades de acesso à escola, pois tudo é muito longe.”. Em outro momento do vídeo, outra liderança quilombola importante da comunidade, Angélica Souza Pinheiro²⁶ logo traz a necessidade da existência de uma segunda turma de pré-vestibular na comunidade. A primeira turma estava em curso, porém correndo o risco de acabar, pelo fato de se tratar de um grupo de professores voluntários que se organizavam e usavam o espaço da Escola Municipal Áurea Pires da Gama para ministrarem suas aulas.

O fim do curso pré-vestibular na comunidade gerava uma grande angústia, pois muitos não conseguiriam frequentar um curso preparatório caso tivessem que se deslocar até o centro da cidade. Essa circunstância acabava por ocasionar a desistência de muitos, pois chegava um momento em que faltava o dinheiro para o transporte, ou a falta de recurso seria para a mensalidade do curso. Esses fatores aumentavam a dificuldade ao acesso à universidade.

Segundo Angélica, com o acesso à universidade ocorreria a potencialização dos quilombolas para a luta, pois essa seria uma possibilidade deles se “armarem” e se prepararem para os embates cotidianos no que se refere ao acesso a direitos para a comunidade. Assim como podemos observar em uma de suas falas:

²⁴ “Bracuí: Velhas lutas jovens histórias”, caracterizado como “pesquisa-filme” pelos seus produtores: Eliane Monteiro/UFF, Luciano Dayrell/Observatório Jovem-UFF e Paulo Carrano/Professor da Faculdade de Educação e Coordenador do Observatório Jovem-UFF. Realização Observatório Jovem do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação/UFF. Ano 2007. Apoio CNPq/PIBIC/UFF/FAPERJ.

²⁵ Trouxe essa pesquisa-filme pelo fato de ele ter sido produzido em meio às articulações da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA), e pelo foco ter sido pensar o jovem e sua relação com trabalho e educação.

²⁶ Angélica Souza Pinheiro, 05/03/1982 – 07/09/2016, faleceu aos 34 anos, após ter lutado contra um câncer. Conhecida por ser “uma liderança incansável na luta pelo seu povo, por uma educação diferenciada e libertária.” Foi reconhecida pelos movimentos sociais e pelos moradores do quilombo. Teve seu falecimento noticiado em forma de homenagem em: <<http://culturaptrj.blogspot.com/2016/09/angelica-do-quilombo-do-bracui-presente.html>>; Na Revista do Observatório Quilombola Koinonia, disponível em: <<http://alcnovicias.net/bp/2019/09/27/koinonia-esta-de-volta-com-mais-um-numero-da-revista-oq/>>, como também em trabalhos acadêmicos de quem escreveu e ainda escreve sobre o quilombo. Acesso em: 25 mar. 2019.

essa seria a forma que as pessoas estariam aprendendo a lutar pelos seus direitos e ideais, através da educação. Que você está começando aprender mais, e quando o outro falar alguma coisa, e dizer alguma coisa você pode argumentar. E quando o outro falar alguma coisa, você sabe, com as mesmas palavras dialogar, argumentar, e dizer que não é assim. É muito fácil o outro falar e você se calar por não ter argumento, aí o outro se dá como vencido. E as vezes você tem até algum argumento para falar, mas você não tem coragem. Por que ninguém te ensinou ainda, ninguém te ensinou a se defender (PINHEIRO, 2007).

Na fala de Angélica, percebe-se que a educação é fundamental como mecanismo de autodefesa não só para a comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, mas também para outras comunidades tradicionais – sendo usada também em defesa daquilo que é coletivo. Uma educação que liberta e emancipa a consciência e potencializa para a luta (FREIRE, 1987, p. 49). Essa instrução que visa uma transformação na sociedade, seja ela em seu pequeno núcleo, pensando a sua comunidade, ou até mesmo de maneira mais ampla, partindo do princípio que essa emancipação e libertação através da educação ocorra de forma coletiva e contínua, a fim de sempre garantir os seus direitos e defender o seu território.

Monteiro²⁷ (2009), ao relatar como se deu a construção dessa pesquisa-filme e quais aspectos mais foram evidenciados, afirma: “que ser quilombola é identidade em construção e de que, para os jovens, a luta pela terra é uma herança dos mais velhos, que eles tomaram para si e atualizaram, por meio da legislação sobre os quilombos e por formas mais institucionais de luta.” No processo de autodeclaração da comunidade Santa Rita do Bracuí enquanto comunidade quilombola, faz-se evidente o protagonismo da juventude inserida ativamente neste processo. Os jovens, junto com as trocas e aprendizagens com os mais velhos, atuaram coletivamente em diferentes frentes de luta. Apropriaram-se da identidade quilombola, utilizando-a como ferramenta de luta para acessar as institucionalidades, atuaram com responsabilidades formativas com o coletivo, instruindo desde as crianças aos mais velhos na construção, valorização e visibilidade da identidade quilombola, construíram a ARQUISABRA e trabalharam no desenvolvimento dos projetos promovidos pela Associação.

O protagonismo da juventude quilombola de Santa Rita se expressa ainda mais ao analisarmos que a autodeclaração enquanto quilombola foi um desafio. Para muitos, ser quilombola era uma identidade com nuances negativas, pois era associada imediatamente ao

²⁷ O jongo na Escola/Elaine Monteiro e Mônica Sacramento(organizadoras). Niterói, RJ: UFF, PROEX, FEC, Pontão de Cultura do Jongo/Caxanbu, 2009.

peso deixado pelo processo de escravidão no Brasil. Como Marilda Souza nos conta sobre esse processo:

À primeira vista houve muita confusão porque ninguém queria saber de ser quilombola. Quilombola parecia uma palavra feia, sabe. E até hoje tem pessoas que dizem "Eu não sou quilombola!". Isso acontece porque existe aquele sentimento de tristeza; foi tanto tempo de judiação e sofrimento que a pessoa não quer ser mais aquilo. **Você não vê ninguém falando bem dos escravos daquela época de escravidão. Já que eles apanhavam, então é melhor esquecer isso. E as pessoas me questionam: "Ah, você agora quer fazer parte daquele pessoal que só apanhava, só trabalhava, aquela coisa toda..."**. Então, isso é algo muito difícil. Por isso que as pessoas não se consideravam quilombolas. Mas não adianta você dizer que não quer ser porque você é! Porém esse conceito já está mais aceito. Há pessoas que já estão aceitando ser quilombolas, que já fazem parte da associação, e até mesmo as crianças já estão aceitando isso (MATTOS et al, 2009, p. 83; *Grifo no original*).

Conforme os processos educativos e formativos foram ocorrendo na comunidade, de forma consciente e política, o *ser* quilombola passou a ser visto com outro olhar. Circunscrita ao espaço escolar, Dona Marilda não se limita ao desempenho da sua função enquanto auxiliar de serviços gerais, a fala anterior constata suas reflexões sobre a educação, principalmente no contexto de aplicação da lei 10.639.²⁸ A não associação a uma identidade quilombola significava a negação sobre o que muitas vezes se ensinava na escola sobre a escravidão – os discursos equivocados acerca da experiência de africanos e seus descendentes os alocavam num lugar de redenção, passividade; muito aquém da complexidade desvelada pela historiografia que aponta que onde houve escravidão teve também resistência (SILVA & REIS, 1989, p. 60). Em seu texto intitulado “o espetáculo do ‘outro’”, Stuart Hall discute sobre o “fascínio da alteridade” e as estratégias de intervenção no campo da representação, questionando imagens “negativas” a reposicioná-las de forma mais “positiva” (HALL, 2016, p. 139-153). Essa dinâmica, percebida entre os membros do Quilombo do Bracuí de associar “ser quilombola” ligado a dor e sofrimento deu lugar a uma visão positiva da identidade quilombola, passando a ser vista e assumida com orgulho, como parte do processo de luta em defesa do território. Sendo assim, Dona Marilda Souza continua:

Outro dia uns adolescentes falaram assim: - **"É, eu não gosto muito de ser quilombola não, mas já que as pessoas estão falando então eu sou. Vou passar a gostar do negócio"**. Isso está acontecendo agora porque essa é uma palavra boa, QUILOMBO! Esse tempo em que as pessoas falavam assim

²⁸ A Lei 10.639/03 trata da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Em 2008 esta legislação é aprimorada com a temática indígena com a Lei 11.645/08.

"Êpa, eu não quero esse negócio para mim, não" já passou. Hoje esse movimento é algo mais forte, tanto é que a mídia já está comentando (MATTOS et al, 2009, p. 84; *Grifo no original*).

As contribuições da juventude na participação da construção individual e coletiva da identidade quilombola se fez perceptível novamente na pesquisa filme: Bracuí “Jovens Lutas, velhas histórias” quando dois mais velhos, Dona Celina e Sr. José Adriano, são questionados sobre o que seria ser quilombola. Ambos alegavam não saber direito, do que se tratava o termo quilombola, porém não negaram o fato de o serem. Disseram ainda que perguntariam a Luciana Adriano, uma das jovens que atuou no processo de construção da identidade coletiva da comunidade e que, em 2007, com 25 anos, era uma das coordenadoras da ARQUISBRA. Luciana ainda trabalhava no projeto da Associação, intitulado: “Pelos caminhos do jongo”, que teve o apoio de Délcio Bernardo em sua estruturação. O jongo está inserido nas memórias ancestrais contidas no corpo, nota-se a articulação entre movimento social negro e a organização política da comunidade do Bracuí. Empenhado em seu ativismo, Délcio se faz conhecido na cidade de Angra dos Reis. Na altura da realização do projeto, ele coordenava o Grupo de Consciência Negra de Angra dos Reis Ylá-Dudu. Segundo D. Marilda, muito contribuíram com a parte “cultural” do quilombo Santa Rita do Bracuí. Por isso, são lembrados com afeto acerca de seu aporte para com o “resgate” do jongo no Bracuí.

Luciana Adriano fala do Jongo enquanto expressão cultural da comunidade, como ele fez e faz parte dos processos educativos, e como esse saber se tornou uma ferramenta para ensinar as crianças sobre disciplina, respeito, ações de combate ao racismo e a valorização da identidade quilombola, com a proposta de uma educação antirracista. Mostrando às crianças que o jongo “vai além do rodar bonito da saia”, como ela mesma ressalta (ADRIANO, 2009). Ainda que se compreenda o jongo enquanto expressão da cultura negra – e não meramente manifesta do que se evoca enquanto “popular” –, ainda assim percebemos que a assertiva elucidada por Luciana interage com a compreensão de prática educativa social discutida por Carlos Rodrigues Brandão, ao afirmar que “nas culturas populares existem formas de educação extraescolar, cujo valor apenas agora começamos a descobrir” (BRANDÃO, 2005, p. 21).

No caso do Quilombo do Bracuí, nota-se que esses processos educativos ocorreram não só dos adultos para as crianças, mas também da juventude para com os mais velhos. Isso ocorreu sem uma ordem hierárquica, constituindo-se em trocas: a juventude com todos os saberes ensinados pelos mais velhos, através da oralidade, trabalhou na retomada do jongo – e através dele dão continuidade à luta em defesa pelo território e na manutenção dos patrimônios culturais produzidas pela comunidade. Mattos nos afirma: “Os mais jovens mobilizaram-se na

reconstrução do jongo, reaprenderam os pontos com os mais velhos e encontram ali um importante canal de mobilização de suas lutas e histórias.” (MATTOS *et al*, 2009, p. 48).

Através das trocas entre os mais jovens e os mais velhos, os jovens se apropriaram desses saberes e recriaram o jongo em negociação com os mais velhos, como, por exemplo, ao acrescentarem outras formas de tocar o tambor. Luciana Adriano nos afirma: “já teve assim, mudança do toque dos mais antigos para o toque dos mais jovens. Então, se a gente quer conquistar o jovem, deixa os jovens tocar na levada deles.” Segundo ela, eles “acrescentaram uma cadência mais levada”, uma “mixagem”, reconstruindo o jongo a sua forma, acrescentando ritmos mais acelerados, porém com zelo e atenção quando um mais velho entrasse na roda, visto que este teria dificuldades em jongar na velocidade da juventude. Essas trocas e negociações foram importantes para que os jovens dessem continuidade a propagação do jongo, visto que os mais velhos chegaram ao entendimento que, para conquistar a juventude a fim de que dessem continuidade as práticas culturais do “seu lugar”, eles teriam o direito em transformar o jongo do Bracuí.²⁹

O mesmo jongo que já foi proibido às crianças e aos jovens, agora é apropriado por estes de forma coletiva, pois o jongo passa a compor parte dos elementos culturais e identitários da comunidade. (ARRUTI; MAROUN, 2010, p. 4) Essa expressão cultural negra ainda se transformou em mais uma ferramenta reivindicatória das políticas públicas para as comunidades quilombolas e jongueiras, contribuindo nos processos educativos de distintas gerações, bem como na luta pela reivindicação da educação diferenciada – incluindo o jongo no currículo escolar quilombola, colaborando para com a defesa e titulação do território.

Em meio ao processo de defesa do território, ressaltamos a importância de marcar o jongo como um elemento identitário e inserido na luta pela educação diferenciada. Vinculado às questões étnico-raciais e de defesa do território, identifico no jongo um elo articulador da construção e afirmação da identidade quilombola.³⁰ A experiência da “roda de jongo” instrui:

que era apreendido e transmitido pela vivência no dia a dia, no cotidiano das comunidades, muito mais como uma forma de divertimento, até então, passou a ser ensinado, principalmente, em espaços de educação não-formal: as oficinas de jongo. Além disso, o jongo passa a subsidiar um caminho de visibilidade política, de resistência e de diálogo com a esfera pública,

²⁹ Disponível em: <<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/jongo>>. Acesso em: 18 set. 2020.

³⁰ “Trata-se de compreender que do “ponto de vista nativo”, a identificação como quilombola está diretamente relacionada tanto a um processo de reconhecimento positivo de sua identidade racial, de suas práticas culturais, a exemplo do jongo, quanto dos conflitos que ameaçam sua integridade territorial”. (ABREU, COUTO, MATTOS, SOUZA. 2009, p.5).

corroborando para a formação, no caso do movimento quilombola, de uma identidade étnica pautada num saber cultural que circunscreve, também, a corporalidade dos grupos que o praticam (MAROUN, 2013, p. 19).

O jongo é então mais uma forma de “resistência de diálogo com a esfera pública”, como nos afirma Kalya Maroun no fragmento selecionado acima – diálogo esse que proporcionou acesso às políticas públicas para a comunidade. Em 2005, com o reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - IPHAN enquanto Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil, foram criadas políticas públicas que visavam a valorização da cultura e melhorias nas condições de vida das comunidades que produziam o jongo, passando assim a ser identificado enquanto Jongo do Sudeste.³¹ Salvaguardado em cada jongueira e jongueiro:

o registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é o reconhecimento por parte do Estado da importância desta forma de expressão para a conformação da multifacetada identidade cultural brasileira. Este Registro chama a atenção para a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade econômica articulada com a pluralidade cultural; políticas que garantam a qualidade de vida e a cidadania (BRASIL, 2007, p. 16).

Com o reconhecimento do jongo como patrimônio imaterial cultural, as comunidades que o praticavam puderam a partir de então concorrer a editais para financiamentos de projetos desenvolvidos por estas comunidades. No caso do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em 2009 nasce o projeto “Pelos caminhos do jongo”, que foi fruto do edital *Pontos de Cultura* da Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e Ministério da Cultura (MINC). Contemplado, o projeto pode receber recursos financeiros do Programa Mais Cultura.

Em meio a trocas e negociações, podemos perceber como os mais velhos, simbolicamente, passam o bastão da luta para as mãos da juventude, acreditando neles na luta. E como esses mais velhos fazem uso das “novas armas” junto à juventude, para que essa luta pela titulação da terra se efetivasse. Imersos nas negociações intergeracionais, os mais jovens ressignificam a forma de lutar dos mais velhos, reconhecendo a forma pela qual os mais velhos sempre lutaram. Como afirma Monteiro (2009): “Os jovens informam que só recentemente

³¹ O Jongo no Sudeste é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos de espiritualidade. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro. Foi inscrito no Livro das Formas de Expressão em 2005. Nessa região, é praticado nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Ao longo do processo de registro, comunidades manifestaram o desejo de participar da discussão: jongo de Campos, tambor da Fazenda Machadinha em Quissamã e jongo de Porciúncula (RJ), jongo de São José dos Campos (SP), jongo de Carangola (MG) e de Presidente Kennedy (ES). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/59/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

descobriram que eram quilombolas ressignificando as lutas dos mais velhos, assumindo-a como herança. O reconhecimento do lugar dos mais velhos na comunidade é estruturante em sua identidade.” Este processo permeia o consciente coletivo da comunidade, como expresso no depoimento de Flávia Adriano colhido à época do documentário citado anteriormente: “Enquanto antes era necessário briga com pauladas, hoje a mesma acontece com base nos diálogos.” (Flávia da Silva Adriano – Secretária da ARQUISSABRA). Para que esses diálogos aconteçam em maior extensão, a comunidade foi percebendo que seria necessário se apropriar das leis, decretos e resoluções, que garantissem os seus direitos às políticas públicas, da mesma forma que das teorias em volta da construção da identidade acerca do ser quilombola e da ênfase na historicidade do seu próprio território. Para o Sr. José Adriano, a falta de domínio do mundo letrado dificultou as negociações na hora das discussões da luta pela terra, fazendo uma analogia com as modalidades de luta entre dois oponentes, ele se coloca na posição daquele que “bateria mais e melhor”, caso tivesse o domínio técnico da leitura e o conhecimento para melhor embasar e fundamentar os seus argumentos nas discussões e negociações pela titulação.

Compreensões expressas anteriormente, para Angélica Pinheiro a educação também é um mecanismo de defesa e luta, assim como para Sr. José Adriano, embora não o associando a universidade diretamente como faz Angélica, mas sim ao uso do conhecimento letrado. Tanto na fala dele quanto na dela, ou mesmo como articulou Dona Marilda, não nos resta dúvidas acerca de seu posicionamento com relação à relevância atribuída à educação para os seus jovens e crianças. O tempo todo eles ressaltam a importância de os jovens estudarem, a fim de que tenham outras possibilidades – não só pensando na mobilidade social, mas também na sobrevivência, resistência, para coadunarem forças para continuar a luta pela defesa da identidade quilombola circunscrita ao próprio território.

Com o acesso dos jovens e adultos à universidade, outras pautas, articulações e contribuições potencializaram cada vez mais as lutas da comunidade. Cada um com o seu curso, puderam apreender os saberes e habilidades prevista para o seu programa, e assim contribuir com o desenvolvimento da sua comunidade. No caso da entrada desses jovens quilombolas na Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA³², Angélica de Souza Pinheiro,

³² O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Por meio do Pronera, jovens e adultos de assentamentos têm acesso a cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado). Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/programas-e-aco-es-categoria/96-programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria-pronera.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

Fabiana Ramos e Luciana Adriano entraram no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC), já Marcos Vinícius Francisco de Almeida ingressou no curso de Segurança Alimentar e Agroecologia.

Importante, além disso, registrar como é histórica e revolucionária a presença de jovens quilombolas dentro das Universidades Federais. Quando digo revolucionário, é no sentido de mexer com as estruturas. A presença desses estudantes quilombolas nesses espaços “desorganiza ideologicamente” essas instituições, forçando-as a rever suas práticas, bem como a incluir outros corpos epistêmicos – exigência de quem agora ocupa. Como nos afirma Nilma Gomes: “Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias”. (GOMES, 2012, p. 99). A academia é um “território” que foi criado para atender aos filhos da elite branca e escravocrata, contudo hoje há quilombolas adentrando esses espaços e o fazendo com a cabeça erguida, por ocupar um espaço que também é seu por direito, como cumprimento de uma política pública. Essas universidades não só os recebem, como acabam tendo que criar políticas para garantir que eles permaneçam (MAGALHÃES, 2015, p. 44).

O ingresso dos jovens do Bracuí na universidade é uma das conquistas que Dona Marilda se orgulha de dizer: “Nós somos o quilombo que mais manda jovens para a universidade, mesmo que ainda achemos que seja pouco.” Para ela, a ida deles para a universidade, é de suma importância, para que tragam o que aprenderam lá, contribuindo para o desenvolvimento do território: “queremos que eles tenham acesso e façam a sua escolha, se formarem em alguma coisa, que eles tenham a vontade de voltar e trabalhar, tocar alguma coisa para o bem na comunidade. Não vamos dizer que se sair uns 100, que vão voltar os 100, mas que pelo menos volte 20” (SOUZA, 2019).

Marilda assim observa que o ingresso dos estudantes quilombolas na universidade propiciaria o retorno destes ao Quilombo, imbuídos de ensinamentos acadêmicos que contribuiriam para com o desenvolvimento da comunidade. Nesse sentido, estariam também melhor preparados para dar continuidade aos projetos e lutas em defesa do território coletivo. A liderança ainda vê nos saberes adquiridos na universidade uma possibilidade de, até mesmo, reinventar a forma de fazer e tocar a luta. Linguagem que ampliaria a experiência de enfrentamentos constituintes da própria história do Quilombo:

Alguém vai ter na veia, no próprio sangue, na própria vontade, essa vontade de que os trabalhos do território continuem, né? Porque ninguém é onipresente

pra sempre, ele vai em outros tempos, com outros jeitos, mas vai ficar alguém tocando os mesmos pensamentos, mesma visão. E hoje em dia as coisas estão muito mais fáceis e muito difíceis... Pois hoje, você encontra informação em qualquer lugar, mas quando você vai para o embate mesmo com aquela informação, você encontra problemas, dificuldades, de adentrar em alguns programas, algumas coisas. Por mais que você entenda alguma coisa, mas quando chega, há um *muro* muito grande. Pra nós aqui então (SOUZA, 2019, *grifo nosso*).

Para Marilda Souza, esse “muro” só seria atravessado através do domínio das dinâmicas institucionais, juntamente com a compreensão de outras linguagens, porque o domínio das “palavras a serem usadas” acerca de uma determinada pauta em negociação colocaria a comunidade no protagonismo das disputas que viesse enfrentar. Assim como a fala de Angélica que mencionamos no início do texto ao dizer: “quando nos calamos diante do outro no meio de uma discussão, por não saber qual palavra certa usar, a gente se cala e o outro se dá por vencedor”. Para ambas, o acesso e a permanência da juventude quilombola nos espaços acadêmicos seria mais uma oportunidade para que esses jovens pudessem se apropriar de outras linguagens e formas de ler e se posicionar no mundo, transformando-as em “munição” na hora do “combate” em defesa do território.

Uma outra pauta trazida pela juventude é a respeito da importância da escola ensinar “coisa de quilombola”, como dizia Angélica, haja visto “que ainda não era uma realidade, mas que a luta deles era para que isso pudesse ocorrer” (PINHEIRO, 2007). A escola muito tem a contribuir com o processo de construção da identidade quilombola e a valorização de sua história e cultura. Mas, para isso ocorrer, se fazia e faz necessário um currículo diferenciado, que proponha uma educação emancipadora e antirracista.

O ensinar “coisas de quilombola” a que Angélica se refere demonstra a sua atenção com a necessidade de descolonização do currículo (GOMES, 2012). Ela questiona o currículo escolar, nesse caso, da escola que estava dentro do território e atendia as crianças da comunidade. Para que a escola ensinasse tais coisas, é necessário repensar quais conteúdos seriam pré-selecionados para aquele público, de forma que o currículo fosse construído, contextualizado e descolonizado. Ou seja, um currículo que fosse para além das simplificações que reduzem a experiência dos africanos e seus descendentes nas Américas ao tráfico e à escravidão, que visualiza a história do colonizador enquanto protagonista. Um currículo que apresente para os alunos como se deu a ocupação e permanência no território, evidenciando a organização e articulação dos membros da comunidade para defendê-lo; voltado para a valorização da identidade quilombola, dos seus saberes e suas manifestações culturais.

Ao conversar com Fabiana Ramos sobre essas “coisas de quilombola” que tanto Angélica falava, ela completa dizendo que a educação quilombola deve ser pautada no respeito, tanto pela comunidade na qual a escola está instituída, quanto pelos alunos que são de fora do território. Para Ramos, essa educação deve vincular os seus saberes escolares com os saberes da comunidade, perpassando a forma com que ela se relaciona com a natureza, proporcionando aos alunos o que seria o *ser* quilombola, assim como suas lutas e valorização das suas manifestações culturais. Fabiana ainda faz as seguintes considerações:

Eu tenho duas observações: uma é a forma em quem as escolas que estão nos territórios quilombolas podem respeitar essa cultura, a nossa cultura. Podem respeitar esse espaço ao qual ela faz parte. E respeitando também os alunos, não só quilombola, como os alunos que são acolhidos dentro dessa escola. [...] Para que nesse espaço entendam o que é ser quilombola, nossa história, nossa luta, agricultura o respeito com a natureza, o jongo, enfim. E isso, é uma educação quilombola né?! são diálogos de saberes. (RAMOS, 2020).

Ao marcar a urgência em uma educação quilombola, Angélica e Fabiana – que também compartilharam a formação na Licenciatura em Educação do Campo (LEC/UFRRJ) – não colocam como menos importante o currículo escolar proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs. Para elas, a educação ultrapassa os limites dos conteúdos exigidos para a educação básica, mas essa educação deve proporcionar experiências diversas dialogando com os saberes tradicionais produzidos pelo território, como nos afirma Edimara Gonçalves Soares:

É importante assinalar que o repensar e reelaborar o currículo escolar não significa abandonar os conteúdos que compõem as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, mas, sim, entrecruzar esses conteúdos com os saberes cotidianos dos/as educandos/as, aproximar a escola de suas vidas, explicar e teorizar sobre sua realidade e história para que eles/as possam questionar, compreender e refletir sobre seu mundo (SOARES, 2010, p. 44).

Angélica, Fabiana e Edimara ressaltam a necessidade em se fazer uma educação que vincula o respeito ao fazer pedagógico contextualizado, de acordo com a realidade de cada comunidade, e como esse respeito pode transformar o currículo em ferramenta de luta. Isso garante às comunidades formas outras de repensar e questionar suas realidades e o mundo que os cercam.

Como se pretende aqui também instruir, a busca por uma educação escolar quilombola, não é uma urgência apenas da comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, mas é uma das

bandeiras de luta das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. Essa busca virou parte das políticas públicas de reparação social e histórica, proposta e conquistada pelos movimentos sociais negros e organizações de mulheres negras desde a década de 1970, quando já traziam uma pauta de uma educação antirracista e de valorização da história do negro no Brasil (PEREIRA, 2010, p. 204).

A história das articulações do movimento negro brasileiro nos instrui a pensar a importância dada por este movimento social à educação. As ações políticas dirigidas a uma educação emancipatória e antirracista promoveu não só mudanças na esfera do Estado, bem como propiciou um “enriquecimento cognitivo da sociedade” (GOMES, 2017, p. 17). Ao redesenhar a trajetória do movimento negro na cena nacional desde a década de 1970, Nilma Lino Gomes destaca a especificidade deste movimento em relação a outros movimentos sociais, pontuando “a construção de outra interpretação histórica para se compreender a realidade da população negra e sua relação com a diáspora africana”, e ainda destaca dois outros aspectos:

a centralidade dada pelo movimento negro à raça como construção social, acompanhada da sua ressignificação e politização, e a explicitação da complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais. A partir do final dos anos de 1970, o movimento negro, juntamente com alguns intelectuais negros e não negros, alertou a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente herança de um passado escravista, mas, sim, um fenômeno mais complexo e multicausal, um produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural (GOMES, 2012, p. 734).

No início deste século, a mobilização do movimento negro brasileiro, novamente em conjunto com alguns intelectuais negros e não negros, criou o panorama para implementação de programas e ações em busca de uma educação mais plural. Essas demandas ganharam corpo legal dentro do espaço político-governamental. Nesse cenário mais contemporâneo, destaca-se a implementação da Lei 10.639/03³³, aqui já mencionada, e a Resolução n. 7 do Conselho Nacional de Educação – Educação/Câmara de Educação Básica – CNE/CEB, de 2010 (OLIVA; FILICE, 2012, p. 211).

A dispor de suas respectivas Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2004), a Lei Federal 10.639 alterou o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nos possibilita tornar nossa história nacional mais complexa através do estudo da História da África e do africanos, bem como a luta dos negros no Brasil. Embora essa legislação não tratasse de

³³ Ver nota 27.

especificidades da educação quilombola, ela também viabilizou que as comunidades negras através de suas lideranças, coadunadas a pesquisadores da temática, apontassem as demandas específicas da educação em comunidades quilombolas.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em 2010, constou de importantes reivindicações do movimento quilombola, evidenciando a necessidade de formular políticas educacionais específicas para atender às demandas das comunidades quilombolas, transformando a educação escolar quilombola como modalidade de ensino (CONAE, 2010, p. 131-132). Nesse período, também houve a realização do I Seminário Nacional de Educação Quilombola, tendo como objetivo a construção do Plano Nacional de Educação Quilombola, e subsidiar o Conselho Nacional de Educação na produção das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.

No quilombo Santa Rita do Bracuí, a busca pela efetivação de uma educação escolar quilombola, segundo Dona Marilda, foi iniciada quando a Juventude em 2010 ingressa na Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ), no curso de Licenciatura em Educação no Campo (LEC) e Segurança Alimentar e Agroecologia. É conhecendo melhor os direitos educacionais das comunidades quilombolas – como previstos na Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012), que define as Diretrizes Curriculares Educacionais para Educação Escolar Quilombola – que os jovens vão fazer uso dos caminhos institucionais e cobrar a efetivação de uma escola que viesse de fato ensinar “coisas de quilombola”.

É nesse momento que a juventude do Bracuí leva para a comunidade a discussão da necessidade de transformar a modalidade de ensino da Escola Municipal Áurea Pires da Gama em educação escolar quilombola. Observa-se assim o conhecimento apreendido na academia se convertendo em ações pedagógicas em defesa da identidade étnico-racial do grupo. Aprender sobre a história e cultura dos quilombos, do passado ao presente, é conteúdo básico a todo e qualquer brasileiro.

O engajamento da juventude do Quilombo Santa Rita do Bracuí, sintetizado na fala da Angélica Souza Pinheiro, extraída do documentário “Bracuí: Jovens lutas velhas histórias”, enfatiza a crítica ao currículo escolar vigente. Ou seja, antes mesmo da juventude do Bracuí acessar a universidade, o que só ocorreu em 2010, uma latente consciência versava interdependente: linguagens de resistência, identidade quilombola e educação escolar. Para tanto, mais do que uso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola, publicada em 2012, ao seu passo e ação, a comunidade do Bracuí se fez partícipe desse processo. Isso demonstra que o anseio consciente em ver uma escola que viesse a ensinar

“coisas de quilombola” apenas agregou outros conceitos, visto que quando eles acessam a universidade e passam a conhecer mais acerca desses caminhos institucionais não só exigem um currículo escolar quilombola, como participam da sua construção, contribuindo ainda com a formação dos educadores da Escola Municipal Áurea Pires.

A comunidade já havia se autodeclarado enquanto quilombo, a Fundação Cultural Palmares (FCP) já havia concedido a sua certificação como tal em 2011. Agora, a “força tarefa” passa a ser a escola da comunidade ser o reconhecimento da escola como quilombola, sendo esse mais um elemento identitário que fortaleceria a luta pela defesa e demarcação territorial. Segundo Maurício Adelino da Silva, após as negociações entre os jovens que estavam vinculados à LEC/UFRRJ e a comunidade, a escolha da Áurea Pires da Gama como a escola quilombola ocorreu pelo fato desta unidade educacional estar circunscrita ao território do Quilombo. A própria história da escola elucida seus laços com a comunidade. Erigida na década de 1970, a Áurea Pires surgiu para atender aos alunos da até então escola rural, que foi construída para atender as crianças da comunidade negra rural Santa Rita do Bracuí. A unidade tem apenas algumas turmas do 4º ao 9º ano, e não recebe somente alunos quilombolas, visto que atende a alunos dos bairros adjacentes (SILVA, 2018, p. 87-90).

Com o intuito de construir efetivamente uma educação escolar quilombola, as lideranças da comunidade, junto com os professores da UFRRJ e UFF, fizeram uma série de formações com os educadores da Escola Municipal Áurea Pires da Gama, com o objetivo de construir coletivamente um currículo que trabalhasse a partir da realidade local, valorizando a identidade quilombola e a cultura produzida ali. Dentre essas formações, uma que ocorreu entre 2014 e 2015 resultou “na inclusão da escola no Censo de 2015 como Escola Quilombola e em uma incipiente discussão sobre Currículo diferenciado” (SILVA, 2018, p. 91).

Nesse processo de formação com a equipe educacional da escola, a juventude mais uma vez se fez protagonista, desde quando levaram os questionamentos acerca do currículo da Áurea Pires para a universidade, até atuarem como formadores junto aos professores das universidades envolvidas. Assumiram o papel de movimento negro/quilombola educador (GOMES, 2017, p. 15-18), no qual não só reivindicaram os seus direitos, neste caso a efetivação das DCNs para a Educação Escolar Quilombola, como também participaram do processo “ensinando como se faz”.

Mesmo a Escola Municipal Áurea Pires da Gama sendo declarada e reconhecida enquanto escola quilombola (e tal reconhecimento visto como uma conquista para a comunidade), a comunidade não se isentou de continuar reivindicando pelas demandas da

escola – como um projeto político pedagógico (PPP) de acordo com as DCNs quilombola e a disposição de Educação Infantil e todos os anos de escolaridade que compõem o primeiro segmento. Isso pelo fato de a Áurea Pires atender do 4º ao 9º ano, o que leva os estudantes dos outros anos das séries iniciais a ter de sair da comunidade para estudar. Desejam ainda que essa escola respeite e valorize a identidade, história e cultura local, dispondo de mais um elemento de afirmação de identidade quilombola, propiciando “diálogos de saberes”.

CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIO DE TROCAS E SABERES

*Ô aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas
Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas
... prender a ler.
(Massemba – Roberto Mendes)*

Nesta parte do trabalho, caminho a fim de identificar como a Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí construiu sua própria concepção de educação diferenciada, pautada no que Fabiana Ramos convencionou denominar de “diálogos de saberes”. As instruções educacionais, importantes na valorização cultural e no fortalecimento da identidade quilombola em Santa Rita, constituem a própria espacialidade da comunidade, bem como as experiências de quem circunscreve esse território-escola.

Ao acompanhar os processos de luta em defesa do território do Quilombo Santa Rita do Bracuí, através de relatos da comunidade e de registros históricos, desde quando ainda era denominada como uma comunidade negra rural, o que se pode perceber é que seus saberes sempre estiveram grafados naqueles que circulam por aquele território. Conhecimentos que se fizeram missão, legado a ser compartilhado com as crianças e jovens da comunidade, sem se furtar a dar instrução até mesmo aos de fora que saiba se achegar. Saberes que perpassam a forma tradicional do manuseio da terra; as formas de resistência e como conduzem a luta; as composições dos cantopoemas do jongo e o uso desses enquanto ferramenta pedagógica para uma educação antirracista; o percurso em meio às plantas do terreiro da Marilda, acompanhado dos conselhos da anfitriã sobre as cosias da vida; a forma com a qual lidam com os saberes produzidos pela academia, transformando-os em elementos que possam contribuir para a defesa e manutenção do território; e a concepção do que seria educação quilombola, instrução a gestores e docentes dos mais variados níveis.

Os movimentos de trocas e aprendizagens ocorreram e ocorrem de forma individual e coletiva em diversas esferas. Percebe-se isso em muitos momentos da Comunidade, mas alguns tomaram mais minha atenção – inclusive já foram mencionados nos capítulos anteriores. Rapidamente lanço luz sobre essas lembranças instrutivas do percurso da comunidade, como: na década de 1970, quando o Sr. Manoel Moraes se articula com movimentos sociais de base e se apropria dos caminhos da institucionalidade, retornando para a comunidade com outras possibilidades de luta pelo território; quando os jovens se aproximam da Comunidade do

Quilombo do Campinho da Independência, para entender quais foram os caminhos que eles trilharam para conseguir a titulação de suas terras, retornando ao Bracuí ainda mais assertivos acerca do reconhecimento da identidade da comunidade enquanto quilombo (o que acabou resultando na construção da ARQUISSABRA); as trocas com o movimento negro Yla Dudu na revitalização do jongo e a condução de Luciana Adriano junto às crianças do jongo como ferramenta pedagógica; o acesso à universidade possibilitando que os jovens retornassem com contribuições no processo formativo da Escola Municipal Áurea Pires da Gama, e ações que proporcionaram melhorias para a comunidade.

Como foi dito aqui, trata-se de uma comunidade que usualmente expressa em seus discursos públicos o orgulho de ser uma das comunidades quilombolas que mais encaminhou jovens para a universidade, ao mesmo tempo que segue em constante valorização dos saberes produzidos dentro do próprio território. Marilda Francisco de Souza fala com muito orgulho sobre a relação da comunidade com a educação. Se por um lado Dona Marilda percebe a importância do acesso à universidade para a juventude, por outro ela sabe da densidade dos conhecimentos produzidos dentro do território. A líder ainda conta que foi convidada para apresentar um relatório em uma mesa no Centro de Estudos Ambientais (CEA) da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, no qual falava da relação das mulheres quilombolas com o “estudo”. Ela relata a surpresa daqueles que a ouviam, isso em relação ao processo formativo destas mulheres, bem como pela sistematiza em sua exposição:

Eu fui pegando as mulheres que as pessoas falavam delas, até as que eu não conheci, peguei na história oral. E eu fui puxando essas mulheres até as mulheres atuais, mostrando como o estudo veio aumentando gradativamente, até as mulheres que estão na faculdade. E a admiração do povo, dizendo nossa: não sabia que vocês tinham todo esse conhecimento (SOUZA, 2019).

Dona Marilda sempre exalta o feito daquelas mulheres que prosseguiram com seus estudos, mas também adverte que mesmo aquelas que não continuaram estudando também produziam e produzem vastos conhecimentos, pois essas mulheres, mesmo com pouco recursos, conseguem administrar suas casas, entendem do uso e manipulação das ervas medicinais e do manuseio da terra. Todas são postas em um mesmo grau de importância para as dinâmicas da comunidade.

A escolha da epígrafe deste capítulo se deu por perceber a importância que as lideranças atribuíram à educação para as crianças e a juventude, como esses movimentos de saídas do território e retorno com “novidades” contribuíram para o desenvolvimento da comunidade.

“Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas” (“Messamba” /Roberto Mendes) muito se aproxima dessas “idas e vindas”, já que esse retorno acabava agregando mais um elemento que tem fortalecido a luta. Essas trocas e ensinamentos não findaram com a entrada da juventude na universidade, mas tem ocorrido até hoje, através de ações promovidas de forma individual ou coletiva.

Fabiana Ramos é uma das jovens que foram para a universidade UFRRJ cursar a LEC através do PRONERA. Quando retorna, transforma essa aquisição dos saberes acadêmicos em ferramenta de luta. Em nossas conversas, o verbo lutar é recorrente em suas falas. Ela o conjuga tanto em primeira pessoa do singular ao falar tanto por si, quanto na primeira pessoa do plural ao se referir ao coletivo. Isso ocorre se posicionou com relação à educação quilombola, dos processos de formação com os educadores da Escola Áurea Pires da Gama e a busca pela da efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola; ao falar sobre as relações com a natureza e administração do tempo entre a militância, trabalho e autocuidado; ao se referir ao acesso à universidade e o retorno com ferramentas outras que fortaleçam o território. Dentre essas idas e vindas, Fabiana diz acreditar que a juventude ao ir à universidade se empodera ainda mais, retornando com outras possibilidades para lutar pelos direitos coletivos.

O Quilombo do Bracuí é um território de saberes que exerce o papel político e educador não só com os membros da comunidade, mas também, com pessoas que vem de fora para ouvir as histórias e “causos” sobre o território. Dentre as pessoas que chegam, são alunos da educação básica; a universidade através de seus pesquisadores; e professores da rede municipal de Angra dos Reis, através do curso de educação antirracista oferecido pela Secretaria de Educação através do Departamento de Diversidade e Inclusão (DEDIN), que tem como parte do seu programa uma aula presencial ministrada por Dona Marilda.

A entrada dessas pessoas e grupos no “território-escola” da comunidade de Santa Rita acaba ocorrendo em um primeiro momento através do quintal de Dona Marilda Souza, onde é agregado o “Museu a céu aberto, fruto do projeto *Passados Presentes – Memória da escravidão no Brasil*”,³⁴ que por sua vez serviu também como ferramenta para fomentar o turismo de base comunitária. Durante a estada no campo ao conversarmos a respeito da interação entre o quilombo e a universidade, ela ressalta que a presença dos pesquisadores no quilombo se tornou mais recorrente a partir de 2005. Para Marilda, as pesquisas contribuíram na “re-descoberta” e

³⁴ O projeto foi elaborado a partir do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, - um trabalho coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran, no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), com apoio do Projeto Rota do Escravo, da Unesco, em 2014. Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php/principal/index>>, acesso em: 17 nov. 2019.

elucidação de fatos históricos que reforçaram o direito de propriedade das terras doadas pelo fazendeiro Breves aos ex-escravizados, que por muito tempo haviam trabalhado na valorização e preservação daquelas terras. O registro daquelas lutas foi lançando para o “mundo”, registrando historicamente o fato daquele território ser um território quilombola.

Ao mesmo tempo em que a universidade contribuiu com o reconhecimento e divulgação do quilombo, a comunidade muito colaborou e ainda coopera com as inúmeras pesquisas realizadas no Quilombo Santa Rita do Bracuí – e com esta não tem sido diferente. Muito além de elencar hierarquia nas trocas que proporcionaram ensino/aprendizagem entre quilombo e universidade, ambos têm se permitido o diálogo, acolhendo para sua experiência os benefícios destas comunicações. Como anteriormente elucidado, as trocas entre estes campos de conhecimento não se deram somente no quilombo, quando da visita de pesquisadores, mas no alargar das fronteiras epistêmicas o quilombo, através dos seus jovens, tem ocupado a universidade, possibilitando novas perspectivas às práticas acadêmicas.

Entre essas aprendizagens recíprocas, a juventude quilombola ao se apropriar desses espaços faz com que as trocas com a universidade não aconteçam mais entre campo/objeto e pesquisa, mas sim entre universidade e estudantes. Estes processualmente passam a assumir o lugar de pesquisadores e pesquisadoras, transformando suas pesquisas e conhecimentos adquiridos em ferramentas de luta, incremento de mais uma estratégia importante para continuar contribuindo com o seu território. Fabiana Ramos ao falar sobre sua passagem pela universidade diz:

Até fico lembrando, quando a gente entra na universidade, assim, antes a gente era a pesquisa, e quando passamos por um processo na universidade viramos pesquisadores. Como a Angélica dizia: somos pesquisadores da nossa própria história. E aí quando a gente se empodera, a gente entra nesses movimentos, e é luta né? [...] Eu espero muito o empoderamento da juventude. A juventude do Bracuí teve quatro formados na licenciatura de educação no campo, foram os quatro primeiros: Eu, Luciana, Vinícius, Angélica se formou e partiu. E eu também, assim... Espero muito, que essa juventude que está se formando se empodere, bom já estão empoderada, e que venham contribuir ainda mais para a luta (RAMOS, 2020).

Fabiana não só fala desse lugar de pesquisadora de sua própria história, como evidencia o empoderamento dela, dos companheiros que juntos concluíram seus cursos de graduação, e de quem está em processo de formação. Esse empoderamento ao mesmo tempo que ocorre de forma subjetiva se reflete em ações coletivas e para o coletivo. Nesse caso, está associado a se potencializar para a luta em defesa do território e por melhorias nas condições de vida da

comunidade. Os mais velhos e a juventude do Quilombo Santa Rita do Bracuí durante a historicidade do seu território sempre se fizeram resistentes e protagonistas da luta, porquanto a juventude passa a agregar mais um elemento, que é o acesso ao curso universitário e em universidade pública federal, o que possibilita apreensão de linguagens outras a serem utilizadas nas discussões em defesa do território.

Território de novidade e saberes, que desde sua constituição passa dificuldades para que suas crianças e jovens estudem. Entretanto, essas dificuldades não foram empecilho para que a comunidade continuasse a produzir os seus saberes e assim educasse as suas crianças e jovens. Mesmo quando o acesso à educação escolar quilombola não foi atendida pelo Estado em forma de políticas públicas, a comunidade sempre criou as suas próprias pedagogias para educar não apenas suas crianças, como quem se aproxima da comunidade – seja através da pesquisa, por suas atividades culturais, religiosas, lazer ou por seus afetos.

Por estar situada em uma área rural, a comunidade de Santa Rita sempre passou e continua passando por dificuldades de acesso à educação escolar. Segundo Dona Marilda, antes da construção da Escola Municipal Áurea Pires – o que ocorreu na década de 1970, precisamente no ano de 1972 –, as crianças e jovens frequentavam a casa da professora Darci (não quilombola, residente na comunidade). Ela era professora e recebia a sua remuneração pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para lecionar para as crianças do Bracuí.

Foi na “escola” da professora Darci que alguns foram alfabetizados, tendo como recurso apenas um quadro de giz, que era dividido ao meio. “De um lado estavam expressos os conteúdos destinados àqueles em fase de alfabetização, e de outro, para aqueles que eram mais ‘avançados’” (SOUZA, 2019), como nos conta Marilda. Compondo assim uma única turma, multisseriada, que funcionava na sala da casa da professora. Sozinha, a docente cuidava da higiene do espaço e da educação de todos os alunos. Não havia alimentação oferecida pelo Estado. Entretanto, os alunos que possuíam mais recursos financeiros, diante daquele contexto, levavam sua própria alimentação e acabavam compartilhando com aqueles que tinham menos recursos.

Com a construção da Áurea Pires da Gama, os alunos foram deslocados da casa da Professora Darci. Conseqüentemente, o Estado passou a assumir a responsabilidade com a instrução das crianças no ensino fundamental. Inicialmente, a estrutura do prédio só contava com a presença de duas salas de aula. Diferente de hoje, que segundo Dona Marilda, é considerada uma das maiores escolas das imediações. Chamada por ela como a “escola do puxadinho”, pois cada vez que houve ampliação das demandas de matrícula, sem o devido

planejamento estrutural, foram sendo construídas novas salas de aula, chegando a ter hoje 15 salas de aula.

A partir de 1978, com a chegada dos trabalhadores que vieram com suas famílias para a construção da BR-101 (Rodovia Rio-Santos), do condomínio Bracuhy e da usina nuclear Angra 1, a demanda de matrículas aumentou. Isso faz com que a escola ganhe mais salas, até que o prédio não suporte mais “puxados”. Com isso, a E.M. Áurea Pires da Gama passa a atender somente o segundo segmento e as crianças da educação infantil, dispensando o atendimento ao primeiro segmento e levando que as crianças desta etapa e residentes no Bracuí buscar outras instituições educacionais fora da comunidade.

Como já foi mencionado no capítulo anterior, o público da Escola Municipal Áurea Pires da Gama não se restringe a estudantes residentes da comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí. Mesmo atendendo alunos de fora do território quilombola, após negociações entre os membros da comunidade, é essa instituição a escolhida para ser incluída no senso como escola quilombola. Isso se acertou muito pelo fato da história da própria escola estar entrelaçada à história do território Bracuí, como afirma Maurício Adelino da Silva:

A escola é parte desse território quilombola, logo, também é parte da história dessa comunidade. A caracterização da escola como quilombola abre precedentes para novas demandas, como a ressignificação do espaço escolar, inclusive, com a possibilidade de se debater a mudança do nome da escola para um nome ligado à história da comunidade (SILVA, 2018, p. 88).

O reconhecimento da Áurea Pires como escola quilombola foi uma conquista coletiva, teve todo o processo conduzido junto à comunidade, compõe mais um elemento identitário do território, porém, ainda não contempla todas as aspirações a respeito de educação escolar quilombola. Mesmo passando por formações com os membros da comunidade, junto com os professores da Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ) e da Universidade Federal Rural Fluminense (UFF), a efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP) de educação escolar quilombola ainda assim não é uma realidade.

Uma das dificuldades apontadas para a efetivação da educação quilombola na Áurea Pires são as constantes mudanças na gestão e no quadro de educadores da escola, o que acaba fazendo com o que os processos de formação sejam reiniciados constantemente, atrasando ainda mais a efetivação do PPP quilombola. Participe nos processos formativos para que se efetive a concepção de educação esperada pela comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, sem esconder certa frustração com a ingerência do Estado, Fabiana Ramos alerta:

Porque muda a gestão, muda os professores e todo nosso trabalho e nosso empenho dentro dessa escola pode ser mudado, a todo tempo a gente tem que fazer formações. É um pouco cansativo, bastante né? Um pouco frustrante por que o Estado responde de outra maneira, outra concepção, a gente sabe, né? A escola em si é um outro modelo de educação. Mas a gente luta para que esse espaço compreenda as DCNs quilombola. E compreenda a nossa cultura e respeite, né?! Para a gente não ser lembrado só em datas comemorativas e só ser chamado em 20 de novembro para dançar o jongo. A gente não precisa ser lembrado somente em datas comemorativas. E aí sim, a grande luta nossa é a mudança no PPP da escola, que trate e respeite a nossa cultura e nossa história. Essa é uma grande luta nossa (RAMOS, 2020).

Consciente do empenho de sua comunidade para munir suas crianças e jovens do conteúdo escolar formal adaptado às especificidades da realidade quilombola, Fabiana ainda ressalta o descompasso do Estado na condução de políticas educacionais, como as dirigidas para a realidade das comunidades tradicionais, ou mesmo fora do contexto destas comunidades: o que se observa é que as escolas, o currículo, a educação não condiz com a realidade nem dos alunos das escolas regulares, ainda mais com a de uma escola que existe em território tradicional que advém de um contexto histórico, cultural, identitário próprio (PEREIRA, 2019, p. 348). É oportuno avançar na adequação de currículos e práticas em contextos em que as normativas de uma modalidade específica, como no caso da educação escolar quilombola, possa representar a materialidade de modelos educacionais para uma possível descolonização dos currículos, necessária em ampla escala:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

Tanto Nilma quanto Fabiana falam acerca da necessidade de um currículo que seja de acordo com o contexto do aluno e que dialogue com a sua realidade. Isso é pertinente tanto para as comunidades quilombolas quanto para escolas que estejam em outros territórios e realidades socioeconômicas distintas das classes hegemônicas. Um outro ponto trazido por Fabiana Ramos, para que se consiga fazer essa educação diferenciada, é que a escola precisa compreender as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Escolar Quilombola e incluir no currículo os saberes tradicionais resguardados pela comunidade.

Prevista na resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, o disposto normativo que define as DCNs quilombola está assim prescrito (BRASIL, 2012, p. 3):

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas reminiscentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade.

Para tanto, se faz necessário que as manifestações culturais destes grupos sejam percebidas dentro dos contextos culturais que as integram, versando debates sociais, econômicos e patrimoniais destas expressões. As contribuições de Nilma Lino Gomes acerca das dimensões culturais e educação podem ser revisitadas também em outra escrita, em que a autora observa que “trabalhar com a cultura negra, na educação de modo mais geral e na escola em específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para o uso autorreflexivo dessa cultura pelos sujeitos.” Para tanto, as mais distintas gerações negras “constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana na vida cotidiana” (GOMES, 2003, p. 79). Essa assertiva nos provoca também sobre a dimensão temporal ao qual estariam inseridas essas discussões em ambientes escolares, para que não se incorra no erro de lidar com elas como se fossem ilustrações folclóricas, reproduzidas sem dimensão de sentido em meio às datas comemorativas (SILVA, 2004, p. 16).

O reconhecimento da Escola Municipal Áurea Pires da Gama como escola quilombola é uma conquista coletiva e que coaduna para uma valorização dos ensinamentos de seus saberes ancestrais, fator importante para o fortalecimento identitário da comunidade. Nesse sentido, os moradores do Quilombo do Bracuí cobram do poder público o seu direito a uma escola municipal quilombola de educação infantil e primeiro segmento dentro do território. Essa escola deve acontecer baseada nos princípios das DCNs para a Educação Escolar Quilombola, com a participação da comunidade, dispondo de um currículo que esteja de acordo com a realidade local, valorizando a cultura produzida no território, respeitando sua relação com o meio

ambiente e com a agricultura, evidenciando o protagonismo da comunidade em luta pela defesa do território.

A reivindicação por educação escolar quilombola vai além da exigência por estruturas físicas, embora a presença de uma escola quilombola seja mais um fator que compõe a identidade do território. No entanto, uma escola sem uma proposta de educação escolar quilombola, não atende os anseios da comunidade. A educação é um elemento chave para a continuidade na luta dos direitos coletivos e defesa do território, direitos esses que sempre o foram negados. Logo, para as comunidades que foram silenciadas, ela é uma forma de reparação social e histórica; uma possibilidade de transformação e emancipação desses sujeitos, como nos afirma Edimara Gonçalves Soares:

O processo de conscientização não altera, por si só, as condições de vida dos sujeitos, portanto, não é garantia absoluta de emancipação e autonomia. Convém, no entanto, sublinhar e enfatizar que em se tratando de construir um currículo que instrumentalize os sujeitos para transformar as condições materiais e ideológicas de dominação e subordinação, de um currículo que incorpore as vozes, as experiências e histórias pelas quais os/as educandos/as dão sentido ao mundo, o processo de conscientização é, sim, o elemento de ordem primeira, na dimensão educativa. É ele quem viabiliza que os sujeitos olhem criticamente para suas próprias realidades, que se aprofundem na compreensão e interpretação de suas próprias práticas, visando a participação e negociação nas diversas áreas sociais, institucionais, ou não, e isso se, inscreve numa proposta emancipatória e autônoma (SOARES, 2010, p. 44).

Como já foi mencionado no capítulo anterior, quando a comunidade reivindica um currículo de acordo com a sua realidade, ela não renega os saberes que são ensinados na escola regular propostos pelas DCN: a reivindicação é a mudança na forma com a qual esses saberes escolares são passados para as crianças quilombolas. A reivindicação é por um currículo escolar que considere a história da comunidade quilombola, visto que cada uma se deu de uma forma. Ter essa história como parte do currículo estimula “nos jovens, crianças, adultos um sentimento de pertencimento e orgulho de sua história e de seus antepassados.” (SILVA, 2011, p. 6).

No contexto do quilombo Santa Rita do Bracuí, a reivindicação por um currículo de acordo com as DCNs para a Educação Escolar Quilombola começou com a reivindicação de uma reformulação curricular da Áurea Pires, estendendo-se hoje para a busca pela escola de primeiro segmento. Uma demanda vinda da comunidade, que teve sua efetivação a partir da ampliação do direito à educação superior. A juventude, ao acessar a universidade, levanta o

questionamento do currículo da escola que estava em seu território e retorna com os encaminhamentos para o fazer pedagógico quilombola.

No dia 28 de setembro de 2019, durante o curso de educação antirracista que tem como público-alvo educadores da rede municipal em Angra dos Reis, ao chegarmos ao Galpão da Igreja Santa Rita do Bracuí – essa área é utilizada para atividades como eventos e reuniões –, deparamo-nos com um cartaz posto no chão onde estava escrito: Queremos EDUCAÇÃO Quilombola!

Imagem 1 – Queremos Educação Quilombola!

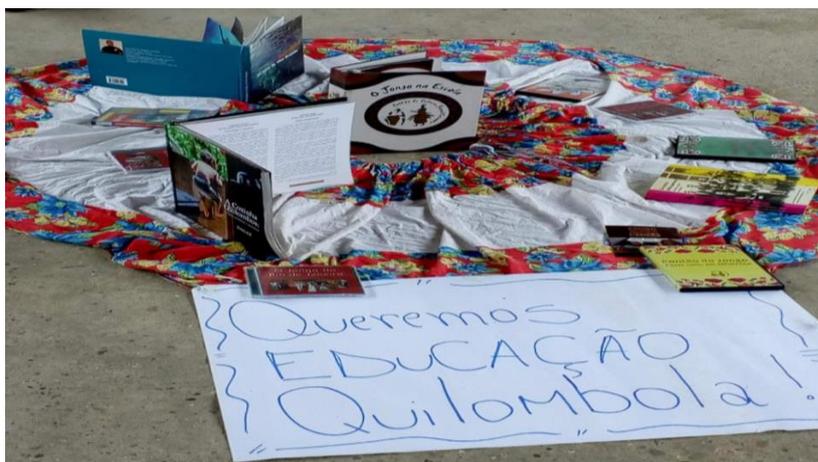


Foto: acervo de campo da autora³⁵

A princípio, um protesto “silencioso”, porém cheio de simbologias. Próximo ao referido cartaz, estavam alocados DVDs e CDs sobre o Pontão do Jongo, livros sobre jongo na escola, culinária quilombola, tudo isto disposto sobre uma saia de jongo. Durante sua fala naquele dia, Marilda Souza além de contar a história da comunidade, como de costume nas aulas presenciais do curso, enfatizou que uma das pautas atuais é a construção da Escola Municipal Quilombola de Educação Infantil e Primeiro Segmento. Essa formação ainda contava com uma visita guiada até o local da fundação da antiga sede da ARQUISABRA, que havia sido derrubada através da ação de fortes chuvas já há certo tempo. Essa fundação poderia servir para a construção da futura escola, algo indicado nas negociações entre a comunidade e a Prefeitura de Angra dos Reis.

Segundo Dona Marilda, a comunidade começou a fazer a discussão com relação a necessidade da escola quilombola de Educação Infantil e primeiro segmento em 2010. Todavia, só em 2017 aconteceu uma reunião entre a Associação do Quilombo Santa Rita do Bracuí e

³⁵ Fotografia de Luciana das Neves. Registro feito no dia 28 de setembro de 2019, durante o curso de formação sobre Educação Antirracista, no Quilombo Santa Rita do Bracuí.

Secretária de Educação da época. No encontro, fundamentalmente se discutiu o acesso das crianças pequenas da comunidade à educação dentro do seu território. Já foi dito anteriormente que a Escola Municipal Áurea Pires só atendia alguns anos de primeiro segmento (4º e 5º). Assim sendo, o atendimento da Educação Infantil e das outras séries da primeira etapa da Educação Básica ocorria e ocorre nas escolas fora do território do quilombo.

Consciente do processo de efetivação de uma educação diferenciada, essa reivindicação da comunidade alinha-se também com o que está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Observemos o §1º inciso IV da normativa, que versa sobre onde deve ser a oferta da Educação Básica para as comunidades quilombola:

IV - deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas (BRASIL, 2012).

Ressalto que a Educação Básica é composta pela Educação Infantil (creche e pré-escola), Primeiro Segmento (1º ao 5º ano), Segundo Segmento (6º ao 9º ano), Ensino Médio, e Educação de Jovens e Adultos. Nesse caso, a reivindicação é para que as crianças do Quilombo de Santa Rita do Bracuí sejam atendidas na Educação Infantil e todos os anos de escolaridade do primeiro segmento dentro do território. As outras escolas se situam longe – além dos enfrentamentos com relação à mobilidade, existem ainda as situações de conflitos sociais. Dona Marilda, ao falar sobre a escola que eles lutam para que seja construída dentro do território, ressalta:

o Primeiro Segmento é na Morada do Bracuí, quando está chovendo o rio enche e o ônibus não passa. Então as crianças não vão para a escola. Quem tem uma bicicleta, coloca o filho na bicicleta e leva. Às vezes o ônibus fica aí quebrado dois, três dias e a maioria das crianças ficam em casa. E ainda tem o probleminha que as mães reclamam, que lá tem tráfico e tem que ficar falando onde vai. Isso é meio... Meio não, é bastante ruim, pois, graças a Deus, as famílias daqui não estão acostumadas com isso (SOUZA, 2019).

Há então a preocupação com a questão logística – as dificuldades que as famílias têm para garantir a presença dos filhos quando chove ou quando quebra o ônibus – e as questões de exposição à violência urbana. Contudo, há ainda outro elemento que não escapa a suas reivindicações é a demanda por uma escola que ensine “coisas de quilombola”.

Essas “coisas de quilombola” que aqui já foram mencionadas estão associadas ao currículo escolar, em que os conjuntos de saberes tradicionais devem dialogar com as práticas

escolares. A luta pela Escola Quilombola não é apenas uma requisição por espaço físico, mas também por uma escola que atenda aos anseios da comunidade para as suas crianças. Essas ações buscam a valorização da sua identidade quilombola, do seu território, bem como da sua cultura e saberes que ali persistem. Esses referenciais circunscritos também à escola, não se reduzem a ela, afinal essas instituições: “não são apenas físicas e que não só as concepções letradas devam ser valorizadas na construção dos referenciais da educação quilombola” (SILVA, 2011, p. 3). A educação escolar quilombola vai além das estruturas físicas e do currículo pensar essa educação é ressignificar tanto esse currículo, quanto a utilização do espaço físico.

Ao perguntar Luciana Adriano como ela percebia a construção da Escola Municipal Quilombola na base da sede da associação, ela responde:

A construção da escola na base da sede será mais um espaço de luta e resistência para a troca de conhecimentos com nossas crianças que terão a oportunidade de se informarem sobre o passado de seus ancestrais, dos seus mais velhos. Um lugar onde elas terão a oportunidade de aprender desde as séries iniciais a lutarem contra o racismo e valorizarem sua história, lugar de troca com liberdade, liberdade essa... Que pode ser a de assistirem aulas de pés no chão sentindo a energia da terra. A base da sede é um lugar onde nossos ancestrais escravizados trabalharam e derramaram seus suores (ADRIANO, 2020).

Para Luciana Adriano, a existência de uma escola dentro do território é mais um canal de transmissão e trocas de saberes com as crianças desde a infância, uma forma de potencializá-los na luta antirracista, ensinar sobre a história do território e dos ancestrais que ali trabalharam e lutaram. Luciana ressignifica o espaço físico da escola, vendo nele uma oportunidade de as crianças poderem estar próximas do patrimônio natural, que conta ainda com o Rio Bracuí (homônimo da comunidade), interagindo com sua história e acessando novos saberes com liberdade.

Fazer da escola um “lugar de troca com liberdade” é indício de uma percepção mais ampla de um projeto de liberdade atinado por várias gerações, como nos instrui Patterson ao se referir aos libertos que, imersos em complexas negociações, conseguiram suas liberdades mesmo em meio à escravidão: “Apenas o tempo podia apagar a memória da condição rebaixada que ele [liberto] vivenciara como escravo. Logo, a liberdade plena chegava apenas para seus descendentes.” (PATTERSON, 2008, p. 350).

Em uma das minhas idas ao campo, presenciei Dona Marilda problematizar as estruturas das escolas convencionais onde são erguidos muros físicos e simbólicos, apartando essas

instituições das comunidades onde são alocadas. Para Marilda, o muro “afasta as pessoas da escola e protege quem quer fazer algo de errado”. Ela também acredita que a escola tem que ser aberta à comunidade, percebendo essa abertura como uma possibilidade de aproximar a escola do cotidiano das crianças e juventude. Defende ainda que, mesmo fora do horário/período letivo, esse espaço permaneça educativo. Para Marilda, a instituição educacional deve estar sempre aberta para o uso da comunidade, não só para o lazer, mas também para atividades culturais – continuaria então sendo um espaço educativo até mesmo quando acabam as aulas. Sobre isso, Edimara Gonçalves Soares nos diz:

É urgente que a escola, inserida no mesmo território da comunidade quilombola, considere as questões que envolvem a comunidade, ou seja, a comunidade não pode ser estrangeira a escola, nem tampouco a escola manter um discurso e uma prática pedagógica que, em última análise, serve para manter seu *status quo* (SOARES, 2010, p. 44).

Trago este trecho de Soares tanto para retomar sobre a importância e urgência de prática pedagógica vinculada ao cotidiano do quilombo, como também para destacar que a escola não deve ser um “corpo estranho” dentro da comunidade, ela deve compor parte deste território, pertencer a comunidade de maneira que ela possa deliberar sobre as formas de utilização desse espaço.

A presença da Escola Quilombola dentro do território contribuirá no fortalecimento da identidade tanto para as crianças quilombolas que estudarão lá, quanto para a luta pela titulação da terra, sendo mais um elemento identitário. O Quilombo Santa Rita do Bracuí tenha começado seu processo de autodeclaração como quilombo no início da primeira década dos anos 2000, a fundação da Associação ocorreu em 2005, sua certificação foi fornecida pela Fundação Cultural Palmares em 2011, a Escola Municipal Áurea Pires se autodeclarar para o senso escolar enquanto escola quilombola desde 2015 – mesmo com todos esses marcos, o órgão público municipal responsável pela emissão da titulação da terra para os quilombolas não fez a documento de posse das terras que são deles por direito, como foi tratado nos capítulos I e II deste trabalho.

Alinhada às normativas educacionais, a proposta da comunidade de Santa Rita do Bracuí de construção da Escola Quilombola deve ser cumprida com a garantia de que esta seja construída dentro do seu território de forma sustentável; dispondo de um ambiente em que suas manifestações culturais sejam valorizadas e incluídas no currículo escolar; com o quadro de

educadores, tanto os docentes quanto os não-docentes³⁶, composto por pessoas da comunidade. É imprescindível ainda que os profissionais da escola tenham formação inicial e continuada, bem como autonomia para construir o currículo e material pedagógico próprio, contextualizado de acordo com as necessidades e identidade étnico racial do grupo, com todo o seu funcionamento acontecendo de forma coletiva em parceria com o poder público e em consonância com a comunidade (CONAE, 2010, p. 131-132).

As frequentes reuniões pela efetivação da Escola Municipal Quilombola foram suspensas mediante os problemas sanitários causados pela pandemia do novo Corona Vírus – Covid19. Outro desafio para a comunidade de Santa Rita será a retomada das negociações com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis diante do ingresso de novos quadros na administração pública após as eleições municipais ocorridas no final de 2020, a exemplo da mudança na gestão da Secretaria de Educação.

Antes do início da pandemia, cheguei a participar da última reunião, que foi realizada no dia 17 de outubro de 2019 no galpão da Igreja de Santa Rita, localizada no Quilombo do Bracuí. Nessa oportunidade, esteve presente a equipe de trabalho do governo municipal composta por pessoas que fazem parte das Secretarias de Educação, Obras, e Secretaria de Cultura. Durante a reunião, algumas lideranças do Quilombo retomaram a preocupação para com o uso comunitário da escola após sua construção. Mesmo estando previamente acordado que a utilização do espaço haveria de ser compartilhada com o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, suas representantes tentavam buscar garantias para a consolidação do seu projeto de Escola Quilombola – aberta à sua comunidade. A precaução da comunidade provocou a uma resposta institucional por parte do governo municipal, levando-o a endossar que a proposta de uso da escola por parte da comunidade estaria resguardada no projeto Escola Aberta, criado pelo Governo Federal em 2007. O texto do projeto traz que a escola deve ser um espaço para além das atividades pedagógicas pensando o currículo formal, mas que deva ser utilizado com o propósito do desenvolvimento pleno das crianças e jovens da comunidade. Sendo assim, o Programa Escola Aberta coaduna com a concepção de Dona Marilda sobre a remoção das barreiras entre a escola e a comunidade, buscando o projeto ainda promover:

a ressignificação da escola como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação, cultura, esporte, lazer para os alunos da educação básica das escolas públicas e suas comunidades nos finais de semana. Sua

³⁶ A ressignificação do papel dos funcionários escolares (que os transforma em educadores não-docentes, o reconhecimento, por si e pelo outro, do caráter pedagógico imbuído em suas funções) caracteriza o nascimento das novas identidades funcionais. (BRASIL, 2004, p. 19)

proposta não se restringe aos indicadores clássicos educacionais nem reduz a educação a um instrumento que serve apenas para ampliar a maturidade intelectual, por meio da aprendizagem de conhecimentos técnicos e acadêmicos. Vai além, propõe a formação integral, capaz de desconstruir o muro simbólico entre escola e comunidade e entre educação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 2007, p. 4).

A proposta de compartilhamento do espaço físico da escola com as atividades da ARQUISABRA, se torna fundamental para dar continuidade nos projetos da Associação, como: Circuito Cultural de Estudantes e Educadores, Trilha Ecológica, Agroecologia, Feira Agroecológica, Fórum Comunitário, Exposição Passados Presentes, Jongô na Escola, Projeto Itinerante de Leitura, Produção Local de Artesanatos, Fórum de Turismo de Base Comunitária, e o Centro Cultural.

Durante o encontro com os representantes do município, esteve presente o Sr. Valdir Pinheiro Vitorino, outro representante do Quilombo do Bracuí, na ocasião sendo ele o mais velho e único homem a compor a mesa da reunião. Sr. Valdir mostra seus apontamentos acerca da importância de se construir uma escola de primeiro segmento dentro da comunidade, pois assim:

as famílias conseguiriam acompanhar mais a vida escolar dos seus filhos. Isso pelo fato das crianças terem que sair de dentro do quilombo para estudar e para onde eles vão é longe, e ainda tem as questões dos conflitos sociais, isso afasta mais as famílias da escola. [...] As mães vão poder participar mais, nós estaremos mais próximos para ver. Acho que isso aí [a construção da escola] vai trazer algo de bom pra comunidade (VITORINO, 2019).

Embora não tenha levantado a questão da educação quilombola diretamente, ele traz a presença de uma escola de primeiro segmento dentro do território como um facilitador para atuação da comunidade e das famílias na vida escolar das crianças agindo junto à escola. Os apontamentos expressos na fala de sr. Valdir demonstram mais uma vez como os mais velhos da comunidade estão conscientes da importância do envolvimento familiar e comunitário na trajetória educacional de suas crianças e jovens. Esse entendimento manifestado entre os moradores de Santa Rita alarga os conhecimentos dos mais novos, o que é também, por conseguinte, uma forma de fortalecer os saberes coletivos. Assimilar novas linguagens, coadunado com as instruções pedagógicas do cotidiano da comunidade, significa acessar novos instrumentos de defesa coletiva do território, do patrimônio e da identidade quilombola.

Estando ainda por se tornar uma realidade palpável, erguida dentro do território e livre de barreiras que impeçam o trânsito da comunidade, a Escola Quilombola segue ganhando

traços e formas impressas pela comunidade de Santa Rita. Elaboração meticulosa que vai desde um currículo baseado nas especificidades da própria comunidade – as “coisas de quilombola” – a projetos pedagógicos que atendam completamente as etapas (Educação Infantil e Ensino Fundamental) constitutivas da identidade cultural das crianças e jovens, imersos em “diálogos de saberes” constitutivos do território Bracuí.

Nesse sentido, destaco a característica das populações negras de sempre se organizarem mediante a ausência do Estado. Essa organização existe em atitude de resistência e para a sobrevivência, a fim de que ninguém se perca no meio do caminho, sempre criando um jeito, uma forma para que todos sejam atendidos. Constroem caminhos próprios e, mesmo com limitações estruturais, lutam e se organizam para que nenhum fique desamparado. Ainda sim, não deixam de cobrar os seus direitos ao poder público. Com o Quilombo Santa Rita do Bracuí não é diferente, uma comunidade que desde sua existência luta por direitos: mesmo o Estado não garantindo o que é deles, todo o tempo criaram e recriaram estratégias de forma coletiva para que ninguém ficasse desassistido.

Diante das adversidades impostas pela pandemia do novo Corona Vírus – Covid 19, buscando “melhorias nas condições de vida” dos seus, algumas das lideranças jovens quilombolas do Bracuí se mobilizaram e construíram estratégias para dar suporte à comunidade. Uma das ações resultou na arrecadação de 160 cestas básicas, roupas e kit-escolar. Conhecedoras da realidade em Santa Rita, outra ação dos moradores foi a de se dispor ajudar a cuidar dos filhos de parentes e vizinhos para que seus familiares pudessem ir trabalhar, pois com a suspensão das aulas, não teriam onde as crianças ficarem. Em uma conversa com Dona Marilda, ela relatou que estava preocupada com as crianças, pois, com a pandemia e o isolamento social necessário, as aulas foram suspensas, muitos responsáveis com crianças em idade escolar não “tinham o que fazer”. Outro agravo é que, ociosas em suas casas, nem mesmo acesso a materiais didáticos vinculados à escola as crianças teriam contato. O repasse de um kit com materiais escolares básicos já propiciaria que as crianças pudessem realizar atividades escolares em casa, ou até mesmo se dedicar a produções mais lúdicas.

Além da educação básica, as universidades também seguem com suas aulas suspensas em decorrência da pandemia. Diante do quadro, a juventude do quilombo do Bracuí – a exemplo de Raísa Francisco de Almeida, 28 anos, professora de formação e estudante de pedagogia no IEAR/UFF³⁷; e Breno de Souza Vitorino, 16 anos, estudante de Ensino Médio da rede estadual – começou a se organizar para realizar atividades pedagógicas com as crianças. A princípio

³⁷ Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

essas atividades estavam acontecendo no quintal de Dona Marilda, mãe de Raísa. Somados a Sandra Helena, Isabel Medeiros, Denise Santos e outras pessoas da comunidade, obtiveram apoio financeiro da Rede de Assistência ao Quilombo (Rede de assistência ao QL)³⁸, estão se organizando e alugando um espaço físico para abrir o centro cultural, a fim de propiciar algumas oficinas à comunidade com todos os recursos de que dispõem, tanto pessoal como com os equipamentos que possuem (instrumentos musicais, materiais pedagógicos etc.). São essas as atividades: aula de reforço, oficina de percussão, culinária, cinema, biblioteca e artesanato.

Segundo Raísa, a questão do espaço estava sendo o maior impeditivo para tocar os projetos do centro cultural, visto que para desenvolver as oficinas eles até poderiam utilizar o galpão da igreja, porém não era permitido guardar os equipamentos lá, e não teria como ficar transportando-os. Com as dificuldades de infraestrutura e a necessidade de dar apoio às crianças nessa fase sem aula, resolveram alugar um espaço dentro da própria comunidade para desenvolver os projetos, já que estavam obtendo apoio através das doações da “Assistência em apoio ao QL”.

O processo formativo o qual a comunidade do Quilombo Santa Rita do Bracuí vivenciou nas últimas gerações, agregando novos aprendizados aos saberes quilombolas, tem propiciado um engajamento coletivo que reflete na elaboração e execução de vários planos. O protagonismo na efetivação de seus próprios projetos é endossado por Raísa Almeida, ilustrando a consciência do processo de execução das propostas educacionais desenvolvidas pela comunidade:

O que nos ajudou bastante foram as formações de base. Antes precisávamos que viessem pessoas de fora para nos ajudar, agora não, já tem bastante gente daqui para trabalhar. Exemplo: a percussão, antes tinha que vir alguém de fora para ensinar a percussão, hoje não precisamos mais, tem bastante gente aqui dentro pra fazer (ALMEIDA, 2020).

A fala de Raísa resgata a importância que tiveram os movimentos sociais para desenvolver os projetos da ARQUISSABRA, como mencionei no capítulo anterior. Essas trocas comunitárias são muito importantes, a ponto da comunidade de Santa Rita hoje consolidar a autonomia dos seus membros frente ao desenvolvimento dos projetos da comunidade.

Com a pandemia, a Rede Municipal de Educação de Angra dos Reis, responsável pelas escolas de educação infantil, primeiro e segundo segmento, criou como estratégia para suprir o

³⁸ A Rede de Assistência ao Quilombo (Rede de assistência ao QL) surgiu através do engajamento de várias pessoas da sociedade civil, com o intuito de apoiar financeiramente alguns projetos em desenvolvimento dentro do Quilombo do Bracuí.

ensino presencial o desenvolvimento de aulas remotas a partir do acesso em uma plataforma digital. Essa medida se mostrou inviável para a comunidade do Bracuí, visto que muitos dos alunos não possuem equipamentos digitais como tablete, celular, computadores nem rede de internet. Mediante essas dificuldades de acesso e para que as crianças não ficassem sem atendimento algum, Raísa e Breno se organizaram para dar aulas de reforço.

O trato afetivo de Raísa e Breno para com os mais novos sempre se fez notar: nas minhas idas ao quilombo, sempre os via rodeados pelas crianças da comunidade. Essa proximidade facilita os canais comunicativos, bem como os processos de ensino e aprendizagem. Consciente da importância de se desenvolver atividades com essa faixa etária, Raísa comemora a resposta das crianças na valorização de expressões culturais como o jongo: “Ah, não podemos deixar passar, é mais fácil ensinarmos o jongo para uma criança de 5 anos, do que para um adolescente ou jovem de 15 ou 20 anos. A ideia é trazermos eles para perto cada vez mais cedo”. Um outro ponto que Raísa traz como importante nessa aproximação com as crianças desde cedo é que eles vão crescer ali, acompanhando os projetos, aprendendo sobre a cultura. Quando crescerem, poderão ir para a universidade e, ao voltar, continuar contribuindo com a comunidade. Projetando a trajetória das crianças que ela instrui com suas atividades, Raísa lança sobre o futuro desses algo que ela mesma experienciou após seguir as trilhas deixadas por gerações anteriores a sua: “a ideia é manter eles aqui na comunidade, muitos jovens foram para a universidade, voltaram e hoje ajudam e contribuem. Então, trabalhamos com eles desde cedo para que eles façam o mesmo.” (ALMEIDA, 2020).

Esse trabalho desenvolvido com as crianças, além dos trabalhos pedagógicos voltados para a leitura e escrita, conta também com ações pedagógicas que trabalham a educação antirracista e patrimonial, bem como temas que visam a um trato identitário e à manutenção dos valores culturais locais. Essas experiências de educação produzida pelo quilombo Santa Rita do Bracuí se aproximam dos escritos de bell hooks (2017) em seu livro *Ensinando a transgredir*, onde em que a autora problematiza suas experiências na docência. A prática da liberdade expressa na pedagogia de hooks (2017, p. 16) se faz notar nas ações de Raísa, seja nas aulas de reforço escolar, passando pelas vivências no terreiro de sua mãe, ao ensino do jongo para as crianças desde a primeira infância. Essas ações são pautadas em um fazer político pedagógico que ultrapassa os limites do ensinar a ler, escrever e dançar, visto que se constitui numa educação que os potencializa para a luta antirracista, afirmação da identidade quilombola e valorização da cultura, que refletem diretamente na luta em defesa do território-escola. “A

visão constante da sala de aula como um espaço comunitário aumenta a probabilidade de haver um esforço coletivo para criar e manter uma comunidade de aprendizado.” (hooks, 2017, p. 18).

bell hooks ainda vai dizer que: “foi na escola de ensino fundamental, frequentadas por negros, que eu tive a experiência do aprendizado como revolução.” (hooks, 2017, p. 10) Esse “aprendizado como revolução” que bell hooks traz do seu contexto escolar pode ser percebido no Bracuí em diversas formas e momentos: nas trocas de aprendizagens entre os mais velhos e os mais jovens para a manutenção dos valores culturais; na construção das identidades quilombola, individuais e coletivas; na aquisição de outras ferramentas através do uso das institucionalidades para defender o território; na entrada na universidade que levou à sistematização do que seria a educação quilombola sob a perspectiva da comunidade. Aprendizados que compuseram parte da revolução que tem acontecido no dia a dia da comunidade desde sua constituição, de forma individual e coletiva, quando “alguéns” se propuseram “aprender a ler e retornar para ensinar aos camaradas”, sempre com a finalidade de defender o território e lutar pela titulação.

3.1 - Ciranda das Mulheres Sábias

Durante a construção deste trabalho as vozes femininas do Quilombo do Bracuí me guiaram. Entre essas mulheres quilombolas de distintas gerações e modos de agir para certa métrica de interações e formas de se organizar na militância pela educação e pela titulação da terra. Enquanto acompanhava essas trajetórias, reavivava a memória dos escritos da psicanalista junguiana Clarissa Pinkola Éstes, especialmente de seu livro: *Ciranda das mulheres Sábias: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem* (2007). Nesse livro, Clarissa evidencia a relação das mulheres com a sabedoria e o equilíbrio entre “a energia das mais jovens com a experiência das mais velhas”. Para a autora, a sabedoria das mulheres não está limitada ao fator idade, mesmo que na cultura ocidental persista o que ela chama de “mito” de que a sabedoria está destinada às mais velhas. Sobre isso acresce que: “O arquétipo da mulher sábia pertence a mulheres de todas as idades cronológicas ou de algum estágio na vida das mulheres” (ÉSTES, 2007, p. 10). Para a autora, essas mulheres quando juntas trocam saberes e experiências, propiciam crescimento mútuo e contribuem com o coletivo, visto que todos que vivem a sua volta aprendem com elas (ÉSTES, 2007, p. 14).

O território do Quilombola do Bracuí é testemunha do protagonismo feminino em sua defesa. Além dos feitos das mais velhas surgirem nas narrativas de resistência da comunidade,

muitas ainda podem ser encontradas pelas trilhas e terreiros do Quilombo, ou mesmo se ocupando da fala em alguma reunião de interesse do seu povo. Assim crescem as mais novas, observando suas referências concretamente. Imbuídas da firmeza de ânimo da pouca idade, estas usualmente são as que alargam as linguagens em estreitos diálogos com outras comunidades, movimentos e instituições, não demorando a se tornarem também referências. Em uma das conversas com Fabiana Ramos, a jovem comenta o desafio de receber o “bastão da luta” como o legado daquelas que a antecederam, a exemplo de Angélica e Tia Joana, o que serve de combustível para seguir lutando pelo território: “é um espaço em que minhas ancestrais lutavam, tia Joana, minha amiga Angélica que já foi, então, pra mim, deixa uma saudade muito grande, mas essas mulheres me ensinaram que jamais a gente deve deixar abaixar a cabeça, jamais. Por mais difícil que seja.”. Tia Joana a que Fabiana se refere teve alguns dos seus feitos lembrados ainda no primeiro momento deste trabalho, quando a mesma enfrentou os grileiros do condomínio Bracuhy, sendo a única a resistir e permanecer na região litorânea. Angélica é sistematicamente mencionada, já que ela consegue traduzir a complexidade da adequação curricular por uma educação diferenciada com o termo “cosias de quilombola”, antes mesmo da constituição das Diretrizes Curriculares Nacionais Quilombola.

Essas trocas e parcerias entre as mais jovens e mais velhas se fizeram presentes também quando aconteceu o processo de formação com a Escola Municipal Áurea Pires da Gama, quando Angélica, Dona Marilda de Souza, Raísa Almeida, Luciana Adriano e Fabiana Ramos colaboraram no processo de formação dos professores. É a partir de então que a escola é alocada no Censo Escolar como Escola Quilombola.

Mais recentemente, as articulações lidaram com as demandas impostas pela pandemia do Corona Vírus – Covid 19. Desse contexto fez surgir a “Rede de Assistência ao Quilombo”, onde Sandra Helena, Isabel Medeiros, Denise Santos, Raísa Almeida, Marilda de Souza e outras se juntaram para tocar algumas ações, como o projeto de reforço escolar. Fabiana também já se dispôs a colaborar com projeto. Sempre que surge a necessidade de construir alguma ação nova, são todas elas que se juntam, discutem e traçam novos caminhos e estratégias para fazer acontecer. Redefinindo as barreiras a elas impostas, as mulheres negras quilombolas do Bracuí encontram alento nas trocas femininas. Conscientes do compartilhar de um mesmo processo, essa coletividade edifica e mantém seus *Territórios de afetos*, como nos instrui Mariléa de Almeida:

Trata-se de uma atitude política que privilegia os usos de saberes como forma de ampliar espaços de subjetivação, constituídos por meio de deslocamentos

de sentidos que essas mulheres realizam em relação aos efeitos das exclusões de raça, de classe ou de gênero que afetam seus corpos e os territórios de suas comunidades (ALMEIDA, 2018, p. 33).

Ao passo que nos lançávamos em melhor compreensão acerca da produção de saberes e luta pela educação, conectadas a ações em defesa do território da comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, as vozes femininas foram ecoando mais alto. São elas que não só questionam o currículo eurocêntrico que constituem os sistemas de ensino, como propõem outras formas de se fazer educação. Ressignificam o espaço físico escolar, militam por uma escola pensada e construída como a comunidade acredita ser educação quilombola.

Em artigo recente, intitulado “Mulheres negras quilombolas: tecendo movimentos de resistência nos espaços educativos”, Braga *et all* (2020) vão dizer que essas mulheres “pretendem (re)afirmar formas outras de ser, de existir e de produzir em um sistema/mundo que tende a negar/silenciar as diferenças sociais, culturais, políticas e epistêmicas que se dissociam do centro hegemônico.” (2020, p. 4362). Essas lideranças femininas constroem estratégias a partir das experiências advindas de suas ancestralidades, transformando toda opressão e tentativas de subalternização e silenciamento em luta e resistência, o que se reflete nos seus fazeres pedagógicos (BRAGA, 2020, p. 4361 - 4363).

Mesmo que as educadoras do Quilombo Santa Rita do Bracuí não atuem dentro da escola regular que atende a comunidade, essas mulheres sempre fizeram e fazem educação dentro da comunidade junto a crianças e jovens, construindo suas pedagogias próprias e propondo um fazer pedagógico que agregue os conteúdos propostos pelo currículo escolar aos saberes culturais e demais valores produzidos pela comunidade. Mesmo percebendo a importância dos processos educativos já ocorridos dentro da comunidade, reivindicam uma escola quilombola dentro do território.

Portanto, visualizando a articulação feminina do Quilombo é que melhor se concebe a proposta de educação quilombola de Santa Rita do Bracuí, baseada no diálogo de saberes. Enquanto a demanda até certo tempo se materializava na construção de uma escola localizada no território, passando pela adaptação curricular dessa instituição educacional, hoje a demanda é por uma escola que não se feche em seus muros, limitando o acesso da comunidade. A execução de seus projetos se pautam em uma educação centrada na cultura, identidade e defesa do território que a constitui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar quilombola é uma conquista do movimento negro quilombola. Baseada nas “DCNs Quilombola” essa modalidade vai se estruturando dentro daquilo que cada comunidade concebe. Além dessa educação estar vinculada à luta em defesa do território, ela compõe mais um elemento chave para a valorização da identidade individual e coletiva e para manutenção da cultura local.

A educação escolar quilombola é reconhecida como aquela que acontece dentro dos estabelecimentos de ensino considerados escolas quilombola pelas DCNs (BRASIL, 2012, p. 3). No decorrer desta pesquisa, ficou evidente que a educação das crianças e jovens se fez presente como uma prioridade intergeracional dentre os membros da comunidade. Uma das coisas que foi percebida durante a estada no campo, nas trocas com Fabiana Ramos, Luciana Adriano, Marilda de Souza e Raísa Almeida – sendo essas as pessoas que mais troquei durante esse processo investigativo –, é que para elas a educação quilombola ultrapassa os limites físicos do espaço, “atravessa também os muros da escola”, fazendo um intercâmbio de saberes, ocorrendo como um processo que não finda com o “tocar do sinal” e com o fechar dos portões que sinalizam o encerrar das aulas. Fabiana Ramos em uma das nossas conversas nos informa melhor sobre as dinâmicas instrutivas contidas no território Bracuí:

outra questão da educação quilombola que eu observo é os nossos quintais, nossos terreiros, nossos espaços dentro do quilombo. Onde a criança brinca, aprende, aprende respeitar a natureza, aprende dentro desse nosso território. Aí, sim, são de fato os nossos quintais que tem essa educação diferenciada, uma educação quilombola mas que a gente consegue compreender e trazer, e reforçar ainda mais esses saberes, saberes ancestrais que vem passando de várias gerações. Nosso quilombo é rico dessa questão da educação quilombola, porque não é só dentro da escola (municipal ou estadual, seja lá qual for) (RAMOS, 2020).

Em sua fala Fabiana ressalta como os espaços de sociabilidade e afazeres cotidianos também fazem parte dos processos educativos e formativos para as crianças, onde os ensinamentos acerca dos valores culturais ocorrem enquanto elas brincam e essas aprendizagens compõem o que ela entende enquanto educação quilombola. Destaco mais uma vez que a professora em Educação do Campo não apaga em nenhum momento a necessidade e importância da educação formal que ocorre dentro do espaço escolar, mas para ela as crianças

têm que aprender também sobre os saberes produzidos dentro do território. Coadunando com essas assertivas, Marilda de Souza problematiza a constituição do currículo escolar:

O professor reclama que o aluno não presta atenção na aula, que ele não quer nada. Mas como esse aluno vai se interessar ‘sobre história da Grécia’ se ele não vive na Grécia? Não é que ele não tenha que saber sobre a Grécia, mas, ele tem que saber a história dele, da sua comunidade, do seu país e depois saber da Grécia. Para esse aluno é muito mais interessante (SOUZA, 2019).

Quando Dona Marilda diz isso, é para ressaltar a necessidade de descolonizar o currículo escolar que preza pela história eurocêntrica como prioritária, secundarizando e silenciando a história local das comunidades tradicionais, deixando de evidenciar o protagonismo da população negra ex-escravizada, responsável pela construção da sociedade brasileira. Para ela essa adequação curricular para os estudantes se faz importante, não negando a eles o conhecimento acerca da “história da Grécia”, mas marcando a importância da história local na organização curricular, de forma que antes desse discente conhecer a “história do outro” ele conheça a sua própria história. Faz-se necessário que o currículo escolar dialogue com a realidade do aluno, não só pensando sua atualização temporal, mas também geográfica, social e cultural.

Nesse momento final, destaquei apenas falas de Fabiana Ramos e de Marilda Souza mas no decorrer desta pesquisa, ao trocar também com Luciana e Raísa, ficou evidente que para elas a educação quilombola é um ressignificar da concepção de espaço físico destinado aos processos educativos, currículo educacional e o tempo, entrelaçados à cultura produzida pela comunidade.

A Escola Municipal Áurea Pires da Gama é tida como uma conquista para a comunidade do Quilombo Santa Rita, afinal ela compõe parte dos elementos identitários do território Bracuí. No ano de 2015, a instituição entra no Censo Escolar como Escola Quilombola e, em 22 de dezembro de 2020, é publicado em diário oficial da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis a autorização para o “atendimento da modalidade Educação escolar quilombola”³⁹. A Escola Áurea Pires ainda não atende aos anseios da comunidade, pois não atende a todas as etapas da educação básica; falta dispor de um espaço efetivo para a presença e participação efetiva da comunidade; segue sem um currículo que verse em comum acordo com as DCNs para a Educação Escolar Quilombola, como consta no Art. 1ºV – “deve garantir aos estudantes o

³⁹ Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis. Ano XVI - nº 1266 - 22 de dezembro de 2020.

direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade” (BRASIL, 2012, p. 3).

Mediante essas construções acerca da concepção da comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí, sobre o que acreditam ser educação quilombola, se faz mais urgente a presença de uma escola quilombola dentro da comunidade, gerenciada e tendo como principais educadores integrantes da própria comunidade. Isso para que finalmente atuem como protagonistas nessa educação que “acontece na escola”, já que a educação desenvolvida no território sempre existiu. Por certo, com escola ou mesmo sem ela, o Quilombo do Bracuí sempre foi uma comunidade educadora, tanto educando os seus nos quintais quanto aos que chegam para desenvolver suas pesquisas. Educação é educação, ela não tem uma fronteira que limite o tempo, espaço ou modalidade de ensino.

A concepção de educação da comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí muito tem a contribuir com a Rede Municipal de Angra dos Reis, muito se tem a aprender com a forma que a comunidade percebe e constrói o seu fazer pedagógico. Eles conseguem fazer com que os saberes tradicionais e acadêmicos dialoguem, sem hierarquizá-los. Enquanto estão atentos a fazer a manutenção de sua cultura, ensinando as suas crianças e jovens, prezam pelo ler e escrever e não abrem mão que os seus deem continuidade aos seus estudos. Com os saberes adquiridos nos espaços educativos, seja da educação básica ou da universidade, o plano é que retornem e assim deem continuidade à luta em defesa do território. Ao mesmo tempo que lutam por uma escola quilombola, permanecem em luta pela titulação do seu território, resistem contra os grileiros que até os dias de hoje tentam avançar as cercas sobre suas terras. Atualmente a comunidade também lida com novos desafios, lutando contra a instalação de uma usina hidrelétrica no Rio Bracuí, mas essa é uma história ainda por se fazer.⁴⁰

⁴⁰ Para debater os impactos em consequência da possível construção de uma usina na região, no dia 14 de outubro de 2020 foi realizada na Câmara Municipal de Angra dos Reis uma audiência pública. A reunião contou com a presença de vereadores, representantes de institutos de preservação ambiental, bem como de moradores da Aldeia Indígena Sapucahy e do Quilombo Santa Rita do Bracuí, ambas as comunidades margeiam o Rio Bracuí e protagonizam históricas lutas na defesa deste importante curso de água. Câmara fez audiência para debater impactos de usina hidrelétrica no Rio Bracuí. Disponível em: <<https://angradosreis.rj.leg.br/Comunicacao/noticias/camara-fez-audiencia-para-debater-impactos-de-usina-hidreletrica-no-rio-bracui>>. Acessado em: 20 out. 2020.

REFERÊNCIAS

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

BRACUÍ: velhas lutas, jovens histórias. Direção: Paulo Carrano. Realização: Observatório Jovem do Rio de Janeiro – UFF. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF, 2007. 1 vídeo (43 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s>>. Acesso em 18 Set. 2019.

ORI. Direção: Raquel Gerber. São Paulo: Angra Filmes, 1989. 1 vídeo (93min.). Disponível em: <<https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>>. Acesso em 14 dez. 2019.

Patrimônio Negro e Universidade: Pontos e toques. **Observatórios do Patrimônio**. 1 vídeo (28min.). Disponível em: < <http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/jongo>>. Acesso em: 18 set. 2020.

SOU de jongo. Direção: Paulo Carrano. Produção: Observatório Jovem – UFF. Niterói: Pontão do Jongo e do Caxambu - UFF, 2009. Disponível em <<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/jongo>>. Acesso em 15. Jan. 2020.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 ago. 2020.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Nº 246, quinta-feira, 24 de dezembro de 2015. ISSN 1677-7069. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=3&pagina=61&data=24/12/2015&captchafield=firstAccess>>. Acesso em 20 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 15. Set. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 12. Agos. 2020.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 12. Ago. 2020.

SITES ACESSADOS

ACERVO Petrobrás Cultural/UFF. Niterói. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/?q=acervo/jongos>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ANGÉLICA do Quilombo do Bracuí - presente! **Cultural PT RJ**. 09. Set. 2016. Disponível em: <<http://culturaptrj.blogspot.com/2016/09/angelica-do-quilombo-do-bracui-presente.html>> Acesso em: 25 mar. 2019.

Banca Império. Resistência. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wiuLwsW8QZs>>. Acesso em 31 mar. 2020.

CÂMARA fez audiência para debater impactos de usina hidrelétrica no Rio Bracuí. **Prefeitura de Angra dos Reis**, Angra dos Reis, 2020. Disponível em: <<https://angradosreis.rj.leg.br/Comunicacao/noticias/camara-fez-audiencia-para-debater-impactos-de-usina-hidreletrica-no-rio-bracui>>. Acessado em: 20 out. 2020.

Jongo do Sudeste. **Portal IPHAN**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/59/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

O nascimento da CPT. **CPT Nacional**, 05. fev.2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em 13 jul. 2020.

Observatório Quilombola Koinonia. **Koinonia**. 2016. Disponível em: <<http://alc-noticias.net/bp/2019/09/27/koinonia-esta-de-volta-com-mais-um-numero-da-revista-oq/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PRIMEIRO polo turístico será implantado em Angra dos Reis. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 09 jan. 1977. 9 jan. 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&Pesq=condom%c3%adnio%20Bracui&pagfis=46048>. Acesso em: 22 mai. 2020.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). **INCRA**. 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/programas-e-acoes-categoria/96-programa-nacional-de-educacao-na-reformaagrariapronera.html>>

QUILOMBO do Bracuí é certificado pela FCP. **Prefeitura de Angra dos Reis**, Angra dos Reis, 2012. Disponível em: <https://www.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=25241&IndexSigla=imp>. Acesso em 20 mai. 2020.

REDE de Pesquisa Passados Presentes Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense - LABHOI/UFF e Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - NUMEM/UNIRIO. **Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil**. Disponível em:

<<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso em 20 mar. 2019.

RELATÓRIO de Titulação das Terras Quilombolas – Comissão Pró-índio. Disponível em:

<<https://cpisp.org.br/bracui/>>. Acesso em: 15. Mar. 2019.

BILIOGRAFIA

ABREU, Martta; COUTO, BRANDÃO, Patrícia; MATTOS, Hebe; SOUZA, Mirian Alves de. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí**. Niterói: UFF/FEC/Departamento de Antropologia/Departamento de História; Rio de Janeiro: INCRA, 2009.

ALMEIDA, Mariléia. **Território de Afetos: práticas feministas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Campinas/SP. 2018.

ALENCAR, Igor Fernandes de. **A larva, a crisálida e a borboleta: as cartas de liberdade em Goiás, 1800-1824**. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFG, Goiânia, 2019.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2010. Disponível em:

<<https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

AMBRÓSIO, Aline Cristina de Oliveira; DE SOUZA, Amanda; RAMOS, Emerson Luiz. **A afirmação quilombola no quilombo Santa Rita do Bracuí**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 393 – 413 abr./jun.2016.

ARROYO, Miguel G.. **A Universidade, o trabalhador e o curso noturno**. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 1, p. 25-32, 1991.

ARRUTI, José Maurício Adion. **As comunidades negras rurais e suas terras: a disputa em torno de conceitos e números**. Dimensões, vol. 14, p.243-269, 2002.

ARRUTI, José Maurício e MAROUN, Kalyla. **A resignificação do jongo e sua relação com a educação em duas comunidades quilombolas do rio de janeiro: bracuhy e campinho da independência** In: 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu. 33ª reunião anual da Anped, 2010.

BRAGA, Graça Elenice dos Santos; SANTOS, Maria José dos; SILVA, Camila Ferreira da; SILVA, Eunice Pereira da. **Mulheres negras quilombolas: tecendo movimentos de resistência nos espaços educativos**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 1, p.4357-4369 jan. 2020.

BRAGATTO, Sandra Maria. **Descendentes de escravos em Santa Rita do Bracuhy** – memória e identidade na luta pela terra. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, 1996.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final.** Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Programa Escola Aberta.** Brasília: MEC-SECAD, 2007.

_____. **Jongo do Sudeste.** ALMEIDA, Luiz Carlos. (Org.). Brasília, DF: IPHAN, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2004. 72 p.

_____. Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012. Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012.

_____. Tabela de Comunidade de Remanescentes de Quilombo Certificadas. **Fundação cultural Palmares**, 2020. Disponível em:

<<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQCOMPLETA-CERTIFICADAS-12-05-2020.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação.** In: Linguagens artísticas da cultura popular. Ministério da Educação: Boletim Março/Abril, Brasília, 2005.

CAMPOS, Andreilino O. **Do quilombo à Favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, Ediléia; CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Quilombo Campinho da Independência, Paraty (RJ): território étnico e a luta por uma educação diferenciada.** Revista interterritórios, Revista de educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruracu, V5, N.8, 2019.

CARTILHA Marcha Zumbi contra o racismo pela igualdade. **Memorial da Democracia**, 1995. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasil>>. Acesso em 21 jun. 2020.

CASTELANO, Maria José. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no Oeste do Paraná.** Tese (Doutorado em História). PPGH/PUC, 2018.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. **Estratégias de territorialização e r-existência da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis.** Tese (Doutorado em Geografia). POSGEO/UFF, 2018.

ÉSTES, Clarissa Pinkola. **A ciranda das mulheres sábias: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem.** Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. **Luiza Mahin: uma rainha africana no Brasil.** - 1.ed. – Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social.** São Paulo: Claro Enigma, 2011.

_____. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** – 1ºed. – São Paulo: Claro Enigma, 2015.

_____. **Quilombos/remanescentes de quilombos.** In: Dicionário da escravidão e liberdade 50 textos críticos. (Org) LM SCHWARZ, FS GOMES. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Nilma Nilo. **Cultura negra e educação.** Revista Brasileira de Educação, Nº 23 (Maio/Jun/Jul/Ago), 2003.

_____. **Movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

_____. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr, 2012.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. **Luiza Mahin: uma africana no Brasil.** – 1º ed. – Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais / Stuart Hall; Org.: Liv Sovik; Trad.: Adelaine La Guardia Resende ... {et al}.** 1ª edição atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Cultura e representação.** Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2º Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonta, 2017.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado** (Rio de Janeiro, c.1830 – c.1888). Tese (Doutorado em História). ICHF/UFF, 2015.

MAROUN, Kalyla. **Jongo e educação: a construção de uma identidade quilombola a partir de saberes étnico-culturais do corpo**. Tese (Doutorado) Educação. PUC-Rio, 2013.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. **A “Lei do boi” como estratégia da burguesia rural: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFRJ, Seropédica, 2015.

MONTEIRO Eliane e SACRAMENTO Mônica Organizadoras. **O jongo na Escola**. Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. UFF, PROEX, FEC Niterói, RJ: 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro; FILICE, Renísia Cristina G. **Identidades e construção, pluralidade cultural, o ensino de história africana e a educação étnico-racial diálogos necessários**. In: Educação para as relações étnicorraciais. MORAES, Cristina C. P. et al. (Orgs.). 2. ed. Goiânia: FUNAPE; UFG/Ciar, 2012. p. 193-248.

OLIVEIRA, Luana da S.; COSTA, Tânia B. **O Brasil que não está no retrato: Mulheres, Negros e Índios**. VIII Simpósio de Pesquisa e de Práticas Pedagógicas do UGB, Inovação e Renovação Acadêmica. n.8, 2020. ANAIS do VIII Simpósio de Pesq. e de Práticas Pedagógicas do UGB. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/simpósio/article/view/2065>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e Morte Social: um estudo comparativo**. Tradução: Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. 2ª edição, Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo Negro: a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado em História). PPGH/UFF, Niterói, 2010.

PEREIRA, Crígina; PINHEIRO, Joelma; FEITOSA, Francisco. **A BNCC no descompasso entre o ideal do currículo formal e interposições do currículo real**. Debate em Educação – Maceió. Vol. 11, N° 25, 2019.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Zeosório Blues: obra poética 1**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

PINHO, Osmundo de Araújo. **Voz ativa**”: rap – notas para leitura de um discurso contra-hegemônico. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 67-92.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex. RIOS, Flávia. **Lélia Gonzales**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês 1835**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos [Org.]. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das Políticas de Promoção de Igualdade Racial no Brasil: Percursos e Estratégias – 1986 a 2010**. Tese de Doutorado em Serviço Social São Paulo: PUC, 2013.

RIBEIRO, Rosa Maria Barros. **Negros do Trilho e as perspectivas educacionais**. Dissertação (Mestrado em Educação). PPGE/UFC, 1995.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília, 2015.

SANTOS, Boaventura Souza. **Que democracia é esta?** Público, Portugal: 2011. Disponível em:
<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Que%20democracia%20%C3%A9%20esta_P%C3%BAblico19Julho2011.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SCHUMAHER, S. (Coord.). **Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negras**. Rio de Janeiro: MEC/SECAD, 2005. Disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Quilombos-Espaco-de-resistencia-de-homens-e-mulheres-negros.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. **Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial**. Estudos Econômicos, São Paulo, V. 17, N° Especial, p. 61-88, 1987.

SILVA, Gilvânia Maria. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas**. Dissertação. UnB, Brasília, 2012.

_____. **O currículo escolar: Identidade e Educação Quilombo**. Brasília. O 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Anpae, 2011. São Paulo. Disponível em:
<<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0213.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2020.

SILVA, José Santana. **A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo**. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFG, Goiânia, 2003.

SILVA, Maria Vieira. **O enfoque do negro no currículo escolar: alguma possibilidade de ressignificação**. Revista de Educação Popular, Uberlândia, n. 3, setembro, 2004.

SILVA, Maurício Adelino da. **Movimento social quilombola de Santa Rita do Bracuí: aprendizados na militância e a urgência de um currículo diferenciado**. 2018. 137p. Dissertação (mestrado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2018.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociações e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Escola E Comunidade Quilombola João Surá**: Construindo Pontes Pedagógicas. Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. – Curitiba: SEED – 2010. – 101 p. – (Cadernos temáticos da diversidade).

SOARES. Márcio de Souza. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz. **Possibilidades de reorganização territorial apoiada na imagem náutica a partir de Angra dos Reis**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP, São Paulo, 2012.